



ANAIIS DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 045

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 18 DE MAIO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PP

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PP Cida Borghetti
PT Tadeu Veneri
PDT Barbosa Neto
PL Mauro Moraes
PPS Waldir Leite

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **PTB** - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **Sem Partido** - 01: Luiz Carlos Martins.

SESSÃO Nº 045**SUMÁRIO**

Lista de presenças.....	02
Abertura da Sessão Ordinária	02
Expediente:	
Requerimentos	03
Projetos de Lei	09
Pequeno Expediente:	
Dep. Reni Pereira	13
Dep. André Vargas	14
Dep. Elio Rusch	14
Dep. Barbosa Neto	17
Dep. Arlete Caramês	18
Dep. Elza Correia	20
Grande Expediente	
Dep. Cleiton Kielse	21
Horário das Lideranças:	
Liderança do PDT: Dep.	
Barbosa Neto	25
Liderança do PSDB: Dep. Valdir	
Rossoni	26
Liderança da Oposição: Dep.	
Valdir Rossoni	27
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	29
Discussão / Votação	30
3º Discussão	30
2ª Discussão	30
1ª Discussão	31
Requerimentos	39
Encerramento da Sessão Ordinária.....	39

045ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 045ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
18 DE MAIO DE 2005**

(quarta-feira)

Presidência da Sra. Deputada Arlete Caramês,
secretariada pelos Srs. Deputados Nelson Garcia e
Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Valdir Rossoni e Waldir Leite (47). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Ângelo Vanhoni, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaúcho e Tadeu Veneri (07).

Abertura da Sessão Ordinária:

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1471

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Delegado Bradock, dirige-se a V. Exa. para REQUERER regime de urgência ao projeto de lei que dispõe sobre a regulamentação na compra e venda de peças usadas pelas autopeças, “desmanches”, lido no Expediente e concedido apoio no dia 10 de maio de 2005.

Sala das Sessões, em 18.05.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

REQUERIMENTO Nº 1445

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 18.05.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 1475

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a retirada do Projeto de Lei nº 192/2004, Item 12, por cinco Sessões, da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 18.05.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1473

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a antecipação da Sessão Ordinária do dia 19 de maio (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 18.05.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 1463

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, REQUER a liberação do Plenarinho da Assembléia Legislativa no dia 31 de maio de 2005, do período de 8h30 às 12h00, para realização de reunião com os servidores da saúde aposentados, conforme solicitação do SINDSAÚDE - Sindicato dos Trabalhadores e Servidores em Serviço de Saúde Públicos, Conveniados, Contratados e/ou Consorciados ao SUS e Previdência do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.05.2005.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 1468

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Anastácio Xunji Nomura, ocorrido no dia 12 de maio do corrente, nesta Capital.

Era sócio das “Casa China” e muito querido por todos que o conheciam, funcionários, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 18.05.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1470

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Abílio Machado Filho, aos 54 anos de idade.

Era médico em Jaraguá do Sul e muito querido por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 18.05.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1446

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário o envio de ofícios de congratulações aos Srs. Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento Orlando Pessuti; professor Ângelo Priori, Magnífico Reitor da Universidade Estadual de Maringá; EMBRAPA

Tabuleiros Costeiros - Av. Beira Mar, 3250 - caixa postal 44, CEP 49001-970 - Aracaju - Sergipe; professora Miracelma Brégola, diretora do campus do Noroeste da Universidade Estadual de Maringá, na cidade de Diamante do Norte; ao Prefeito de Terra Rica, Mário Lanziani, Presidente da Associação dos Municípios do Noroeste do Paraná - AMUNPAR; Prefeito Pedro Ruiperes Selani, do Município de Diamante do Norte; agrônomo Onaur Ruano, Diretor-Presidente do Instituto Agrônômico do Paraná; Dr. Miguel Tranin, Presidente da Cooperativa Agrária de Nova Londrina e ao Dr. Sabino Campos, Presidente da EMATER, pela inauguração oficial da Unidade de Pesquisa do Coco "Jornalista Jota Oliveira" no campus do Noroeste da Universidade Estadual de Maringá, na cidade de Diamante do Norte, pela inauguração oficial da Unidade de Pesquisa do Coco, a UPES-COCO, na sexta-feira passada, dia 13 do corrente, no Município de Diamante do Norte.

Sala das Sessões, em 18.05.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento decorre de solicitação da Associação Paranaense de Produtores de Coco, a ASPARCOCO, participante da UPESCOCO, fundada pelo nosso companheiro Parreira Rodrigues. A cultura do coco no Noroeste do Estado e até em nosso litoral, está consolidada. Dezenas de propriedades, pequenas, médias e grandes, produzem mais de quatro milhões de frutos/ano.

Por se tratar de uma árvore de médio porte e cuja perenidade produtiva chega até os sessenta anos, além da geração de emprego e renda, contribui para o estancamento do êxodo rural e se constitui em importante fator de restabelecimento da cobertura arbórea em região de crítico estágio de pré-desertificação. A UPESCOCO é uma entidade destinada ao acompanhamento da cocoicultura e ao oferecimento dos conhecimentos técnico-científicos para os nossos atuais e futuros plantadores de coco.

A presença do Vice-Governador e Secretário Orlando Pessuti naquela Unidade de Pesquisa representa o aval do Governo do Estado ao crescimento da atividade.

REQUERIMENTO Nº 1460

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado votos de congratulações ao grandioso sucesso da EXPOINGÁ, que foi realizada entre os dias 06 e 15 de maio. Segundo os organizadores, a feira recebeu um público de cerca de oitocentas mil pessoas, tornando-se assim uma das maiores feiras do setor de agronegócios do Brasil.

Quero, portanto, parabenizar a Prefeitura Municipal de Maringá em conjunto com a Sociedade Rural de Maringá, que organizaram o evento, e mais uma vez a EXPOINGÁ prova sua força, fomenta e economia da

cidade e do Estado, com ocupação globalizada de hotéis no decorrer da feira. Excelentes negócios foram realizados com a presença de visitantes e autoridades de todo o Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.05.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1455

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Delegado Bradock, dirige-se a V. Exa. para REQUERER voto de louvor pelos serviços prestados pelo investigador de Polícia Gerson Ricardo Rocha, baleado pelas costas em serviço na favela Morumbi II, em Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 18.05.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

REQUERIMENTO Nº 1459

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, moção de repúdio aos médicos residentes e ex-residentes que manifestaram opiniões racistas, preconceituosas e difamatórias contra funcionários do Hospital Universitário do Norte do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.05.2005.

(a) BARBOSA NETO

Apoiamento:

Cleiton Kielse, Miltinho Pupio, Ademar Traiano, Reni Pereira, Durval Amaral, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Elio Rusch, Francisco Bühner, Waldir Leite, Antonio Anibelli, Geraldo Cartário, Cida Borghetti, Neivo Beraldin, Delegado Bradock, Nelson Justus, Arlete Caramês, Padre Paulo Campos, Nelson Garcia, André Vargas e 2 ilegíveis.

REQUERIMENTO Nº 1464

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Waldyr Pugliesi, DD Secretário Estadual dos Transportes, solicitando a pavimentação com pedras irregulares na Estrada de São Miguel à Rua Miguel Krizizanski, numa extensão de 3,8 quilômetros e na Rua Luciano Perussi, localizada no Bairro Marmeleiro, numa extensão de cinco quilômetros, ambas situadas na área rural do Município de Almirante Tamandaré.

Sala das Sessões, em 18.05.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da proposição é implantar pavimentação definitiva, diminuindo os custos de manutenção periódicos e otimizando o escoamento da produção agrícola, o transporte coletivo e escolar e o deslocamento dos turis-

tas que visitam o Circuito Italiano do Turismo Rural, aumentando significativamente a capacidade de desenvolvimento daquela região.

REQUERIMENTO Nº 1465

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofícios aos Exmos. Srs. Cláudio Murilo Xavier, DD Secretário de Estado da Saúde, e Deputado Caíto Quintana, DD Chefe da Casa Civil do Governo do Paraná, solicitando a doação de duas ambulâncias para o Município de Almirante Tamandaré.

Sala das Sessões, em 18.05.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Almirante Tamandaré possui uma população de 102.163 habitantes, dispondo apenas de quatro ambulâncias para atendimento à população, sendo que duas delas encontram-se em péssimo estado de conservação, valendo ressaltar que existe uma grande demanda no transporte por parte das pessoas que precisam de atendimento médico-hospitalar especializado, realizados em Curitiba.

REQUERIMENTO Nº 1466

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Ilmo. Sr. Ricardo Gomyde, DD Diretor-Presidente da Paraná Esportes, solicitando a construção de duas quadras poliesportivas, sendo uma no Bairro Tanguá e outra no Jardim Graziela, no Município de Almirante Tamandaré.

Sala das Sessões, em 18.05.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da referida proposição é oferecer um local apropriado para a realização da prática do desporto, face à inexistência de quadras poliesportivas naquelas localidades, que possuem cada, uma população de aproximadamente 8500 pessoas, necessitando percorrer longas distâncias para realizarem atividades esportivas, razão pela qual contamos com o apoio dos nobres Pares desta Casa para aprovação desta justa reivindicação.

REQUERIMENTO Nº 1440

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Marcelo Beltrão de Almeida, DD Diretor Geral do DETRAN, solicitando estudos no sentido de viabilizar a liberação de sinalização de trânsito nas vias urbanas, no Município de Douradina.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Prefeito Municipal de Douradina, Sr. José Carlos Pedroso

(Douradina - Paraná - CEP 87485-000), bem como para o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Alberto Roberti (Câmara Municipal - CEP 87485-000).

Sala das Sessões, em 18.05.2005.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1441

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Marcelo Beltrão de Almeida, DD Diretor Geral do DETRAN, solicitando estudos no sentido de viabilizar a liberação de sinalização de trânsito nas vias urbanas, no Município de Esperança Nova.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Prefeito Municipal de Esperança Nova, Sr. Valdir Hidalgo Martinez (Esperança Nova - Paraná - CEP 87545-000), bem como para o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Luciano Mardegan Maia (Câmara Municipal - CEP 87545-000).

Sala das Sessões, em 18.05.2005.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1444

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública do Paraná, Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, solicitando informações sobre o que foi exposto de forma anônima a este Deputado, conforme segue documentos em anexo.

Sala das Sessões, em 18.05.2005.

(a) BARBOSA NETO

Ao Exmo. Sr. Deputado Estadual Barbosa Neto

Pedido por providências urgentes nas condições de atendimento e de trabalho do Instituto Médico Legal de Londrina (IML)

Como cidadão consciente dos meus direitos e deveres na sociedade, venho com profunda indignação, fazer uma denúncia anônima, que - mesmo havendo risco de algumas distorções nos fatos - tendem a aprimorar o exercício da atividade médica.

O Instituto Médico Legal de Londrina que atualmente atende 22 municípios da região e também a subdivisão de Cornélio Procopio, com 16 municípios, vive uma situação crítica, de total imprudência no atendimento de necrópsia, em particular no departamento de Raio-X, realizando exames em cadáveres, no meio da madrugada, dentro do Hospital Universitário.

O IML atende, em média, seiscentos casos por mês e conta, para esse atendimento, com apenas oito médicos-legistas e dois auxiliares de necrópsia. Em termos de recursos humanos, precisaria de enfermeiras, auxiliares de enfermagem, peritos criminais, técnicos de laboratório

rio, técnicos de raios-x, atendentes de necrotério e auxiliares de serviços gerais para um funcionamento razoável.

A falta de pessoal acarreta atraso no serviço, principalmente nas autópsias, nos exames de corpo de delito e em outros atendimentos, e é exatamente por esta falta de funcionários que os médicos-legistas do IML têm cometido conscientemente a negligência de encaminhar os cadáveres, no meio da madrugada, para que sejam feitas as radiografias no departamento de Raio-X do H.U. (Hospital Universitário), ou seja, no mesmo local onde os pacientes “vivos” são atendidos. Isso, sabemos devido aos relatos de algumas fontes, mas não se sabe ao certo, quantos outros exames são feitos dentro do hospital.

Como cidadão, suponho que nenhum ser humano se sentiria à vontade em fazer seus exames em um local, onde fazem perícias em cadáveres.

O que me intriga é saber para que serve realmente o Instituto Médico Legal se as perícias podem ser feitas dentro de um hospital, se é que podem.

Que tipo de argumentos pode usar o Sr. Diretor do IML de Londrina, para justificar tal conduta, sendo que o Instituto possui um aparelho de Raio-X? E se não fosse um ato irregular, por que estaria sendo feito durante a madrugada?

Diante do exposto, considerando a necessidade de prevenir e reduzir os riscos à saúde, por meio do correto gerenciamento do atendimento de cadáveres do IML, a necessidade de desenvolver e estabelecer diretrizes para uma política nacional, que reflita o atual estágio do conhecimento técnico-científico estabelecido e que os serviços de saúde são responsáveis pelo correto gerenciamento de todos os procedimentos por eles gerados, atendendo às normas e exigências legais, desde o momento de sua geração até a sua destinação final, sugiro uma investigação mais profunda que leve a adotar providências urgentes e inadiáveis para estruturar o Instituto Médico Legal de Londrina, bem como em toda a unidade estadual, promovendo concursos públicos para ampliar o quadro de médicos e funcionários.

Sem mais, agradeço desde já.

Londrina, 12 de maio de 2005.

REQUERIMENTO Nº 1447

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, envio de expediente à Associação Paranaense de Supermercados, sugerindo estudos e providências para o uso de diversos tamanhos dos sacos plásticos para embalagem das compras.

Sala das Sessões, em 18.05.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O atendimento à medida sugerida objetiva a redução do uso do plástico, conhecido agente de degradação do meio ambiente. A proposta decorre da obser-

vação do embalamento de mercadoria de tamanho diminuto no mesmo invólucro usado para tamanhos maiores, por exemplo, embala-se um sabonete na embalagem usada para se carregar até três dúzias do mesmo produto.

REQUERIMENTO Nº 1448

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, no sentido de destinar uma ambulância para o Município de Mandaguaçu.

Sala das Sessões, em 18.05.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Este requerimento visa sensibilizar o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Saúde, para que libere uma ambulância, em caráter emergencial, para o Município de Mandaguaçu, em face da situação precária que se encontra a saúde daquele Município. Destaco que se trata de município do interior do Estado, com sua população composta principalmente por pessoas carentes.

O Município não possui estrutura hospitalar que atenda à população satisfatoriamente, tendo os moradores que buscar atendimento em municípios-pólos, distante de suas casas, necessitando, portanto, serem transportados por veículos apropriados, para dar suporte ao deslocamento até as unidades de saúde que tenham condições de atender com os cuidados necessários.

REQUERIMENTO Nº 1449

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, no sentido de destinar uma ambulância para o Município de Balsa Nova.

Sala das Sessões, em 18.05.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Este requerimento visa sensibilizar o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Saúde, para que libere uma ambulância, em caráter emergencial, para o Município de Balsa Nova, em face da situação precária que se encontra a saúde daquele Município. Destaco que se trata de município do interior do Estado, com sua população composta principalmente por pessoas carentes.

O Município não possui estrutura hospitalar que atenda à população satisfatoriamente, tendo os moradores que buscar atendimento em municípios-pólos, distante de suas casas, necessitando, portanto, serem transportados por veículos apropriados, para dar suporte ao deslocamento até as unidades de saúde que tenham condições de atender com os cuidados necessários.

REQUERIMENTO Nº 1450

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, no sentido de destinar uma ambulância para o Município de Santa Isabel do Ivaí.

Sala das Sessões, em 18.05.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Este requerimento visa sensibilizar o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Saúde, para que libere uma ambulância, em caráter emergencial, para o Município de Santa Isabel do Ivaí, em face da situação precária que se encontra a saúde daquele Município. Destaco que se trata de município do interior do Estado, com sua população composta principalmente por pessoas carentes.

O Município não possui estrutura hospitalar que atenda à população satisfatoriamente, tendo os moradores que buscar atendimento em municípios-pólos, distante de suas casas, necessitando, portanto, serem transportados por veículos apropriados, para dar suporte ao deslocamento até as unidades de saúde que tenham condições de atender com os cuidados necessários.

REQUERIMENTO Nº 1451

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, no sentido de destinar uma ambulância para o Município de Marilena.

Sala das Sessões, em 18.05.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Este requerimento visa sensibilizar o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Saúde, para que libere uma ambulância, em caráter emergencial, para o Município de Marilena, em face da situação precária que se encontra a saúde daquele Município. Destaco que se trata de município do interior do Estado, com sua população composta principalmente por pessoas carentes.

O Município não possui estrutura hospitalar que atenda à população satisfatoriamente, tendo os moradores que buscar atendimento em municípios-pólos, distante de suas casas, necessitando, portanto, serem transportados por veículos apropriados, para dar suporte ao deslocamento até as unidades de saúde que tenham condições de atender com os cuidados necessários.

REQUERIMENTO Nº 1452

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, envio de expediente ao Sr. Secretário de

Estado da Saúde, no sentido de destinar uma ambulância para a Fundação Darvil José Caron, Município de Campina Grande do Sul.

Sala das Sessões, em 18.05.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Darvil José Caron, fundada em 21 de março de 1995, tem sede e foro na cidade de Campina Grande do Sul, instalada na rodovia PR-506, nº 195, Bairro Araçatuba. A referida é declarada de Utilidade Pública Estadual, através da Lei nº 13158, de 23 de maio de 2001.

A Fundação Darvil José Caron tem por finalidade desenvolver projetos com fins exclusivamente assistenciais, principalmente na área social.

REQUERIMENTO Nº 1456

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de expediente ao Procurador do Ministério Público Federal, Sérgio Cruz Arenhart, solicitando intervenção imediata no Sistema Conselho Federal de Enfermagem e Conselhos Regionais de Enfermagem (COFEN/COREN's), para apuração das denúncias referentes às irregularidades cometidas pelos integrantes dos mencionados Órgãos, quais sejam, desvio em torno de cinquenta milhões de reais, entre outros ilícitos, e, a suspensão do processo eleitoral do COREN-PR.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 18.05.2005.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

A solicitação da intervenção deve-se aos fatos veiculados na mídia falada e escrita, no final do mês de janeiro, quando o atual Presidente do COFEN, Sr. Gilberto Linhares Teixeira, e os integrantes daquele órgão autárquico foram presos e acusados, entre outros ilícitos, de desvio de dinheiro público, em torno de cinquenta milhões de reais. Salientamos que há mais de uma década este Sistema vem sendo dirigido pelo mesmo grupo, atualmente envolvido na "Operação Predador", assim denominado pela Polícia Federal.

A suspensão do processo eleitoral no COREN-PR se faz necessária devido ao grupo interventor, nomeado em 1999, pelo então Presidente do COFEN, hoje preso no Rio de Janeiro, buscar a permanência no poder, por meio de um processo eleitoral no mínimo questionável e via correio, à revelia do anseio da Enfermagem Paranaense e das recomendações do Ministério Público Federal.

Considerando as manifestações realizadas nesta Casa no Dia de Luta da Enfermagem Brasileira contra a Impunidade, em 16 de maio e a gravidade dos fatos apresentados pelas lideranças da categoria; consideramos de profundo interesse público a elucidação das denúncias apresentadas.

REQUERIMENTO Nº 1457

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de expediente ao Ministério do Trabalho, Ministro Ricardo Berzoini, solicitando intervenção imediata no Sistema Conselho Federal de Enfermagem e Conselhos Regionais de Enfermagem (COFEN/COREN's), para apuração das denúncias referentes às irregularidades cometidas pelos integrantes dos mencionados Órgãos, quais sejam, desvio em torno de cinquenta milhões de reais, entre outros ilícitos, e, a suspensão do processo eleitoral do COREN-PR.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 18.05.2005.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

A solicitação da intervenção deve-se aos fatos veiculados na mídia falada e escrita, no final do mês de janeiro, quando o atual Presidente do COFEN, Sr. Gilberto Linhares Teixeira, e os integrantes daquele órgão autárquico foram presos e acusados, entre outros ilícitos, de desvio de dinheiro público, em torno de cinquenta milhões de reais. Salientamos que há mais de uma década este Sistema vem sendo dirigido pelo mesmo grupo, atualmente envolvido na "Operação Predador", assim denominado pela Polícia Federal.

Considerando as manifestações realizadas nesta Casa no Dia de Luta da Enfermagem Brasileira contra a Impunidade, em 16 de maio e a gravidade dos fatos apresentados pelas lideranças da categoria; consideramos de profundo interesse público a elucidação das denúncias apresentadas.

REQUERIMENTO Nº 1472

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Waldyr Puugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a inclusão do trecho rodoviário da PR-563, entre Palmital e Mato Rico, nos programas de readequação a cargo dessa Secretaria de Estado, já que o trecho encontra-se em precárias condições, impedindo a chegada do progresso, do desenvolvimento e do escoamento da produção agrícola da região.

Sala das Sessões, em 18.05.2005.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 1442

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Governador Roberto Requião, que determine a conclusão da obra de asfalto, no trecho da PR-281, interligando as cidades de Tijucas do Sul a Agudos do Sul, faltando cerca de nove quilômetros para o tér-

mino da mesma, embora os serviços de terraplanagem, piqueteamento, manilhamento e bocas de lobo estejam praticamente prontos.

Nesse mesmo trecho (de Agudos do Sul a Lagoinha) já foram construídos cinco quilômetros de asfalto.

Sala das Sessões, em 18.05.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Essas obras de asfalto na PR-281 foram iniciadas no governo passado. Mesmo assim as obras de preparação para o término da pavimentação asfáltica dos nove quilômetros restantes estão em perfeitas condições, o que seria um desperdício do dinheiro público protelar ainda mais o reinício dos trabalhos. Até porque passam por ali diariamente cerca de cinquenta caminhões de madeira que seguem para a indústria TAFISA e região.

Além do mais, turistas do norte catarinense utilizam tal trecho para acessar as praias de Guaratuba em época de temporada. Com as obras prontas daria, inclusive, para implantar um circuito integrado do sistema de transporte coletivo envolvendo os municípios de São José dos Pinhais, Tijucas do Sul, Agudos do Sul, Piên, Mandrituba e Fazenda Rio Grande.

REQUERIMENTO Nº 1469

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores e comerciantes da Av. Vereador Toaldo Túlio e proximidades - Bairro São Braz, que solicitam policiamento ostensivo no local. A situação é crítica e os assaltos ocorrem diariamente nos estabelecimentos comerciais e toda a comunidade encontra-se apreensiva.

A comunidade pede urgência no atendimento devido o bairro encontrar-se sem segurança e a população totalmente desprotegida.

Sala das Sessões, em 18.05.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1462

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, depois ouvido o douto Plenário, informações e cópia do Processo nº 3027324, sobre o pregão eletrônico para aquisição de plantadeiras ao Instituto Agrônomo do Paraná.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário sejam enviados expedientes ao Sr. Luiz Carlos Delazari, MD Secretário Especial de Corregedoria e Ouvidoria Geral do Estado do Paraná, Rua Comendador Araújo, 711, Bairro Batel - CEP 80420-000, Curitiba, PR.

Sala das Sessões, em 18.05.2005.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 1467

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, ao Secretário Estadual da Comunicação Social, Airton Pissetti, informações sobre a campanha publicitária, para a qual foi produzido o material Guia das Novas Estradas do Paraná: o Desenvolvimento volta a circular pelo Paraná.

1. Qual o nome da agência de propaganda responsável pela campanha? Em caso de haver mais de uma agência responsável, o que compete a cada uma?

2. Quantos folhetos foram impressos em cada tamanho e tipo de papel?

3. Em quais jornais ou revistas foram encartados os Guias?

4. Quais revistas e jornais foram determinados para publicar anúncios da mesma campanha?

5. Quais as rádios e TVs escolhidas para participar da campanha?

6. Qual o custo total da campanha?

7. Qual o valor destinado a cada veículo envolvido?

8. Qual o período previsto para a duração da campanha?

Sala das Sessões, em 18.05.2005.

(aa) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI, DURVAL AMARAL e LUIZ CARLOS MARTINS

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 299/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação dos Coletores e Seleccionadores de Resíduos Sólidos de Matinhos - ANCRESMAT, do Município de Matinhos, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.05.2005.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, tem sua sede e forno na Rua Adrianópolis, 09 - Bairro Rio do Onça, em Matinhos, é constituída sob forma de sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico e de assistência social.

A ANCRESMAT realizou no ano de 2004 atividades junto à comunidade de Matinhos, tais como cursos de capacitação, cadastramento dos coletores, inclusive exa-

mes médicos, incentivo junto às crianças com o Programa Criança fora da Escola Jamais, entre vários outros citados no relatório de atividades em anexo.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei 6994/78, alterada pela Lei 8589/87, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e consequente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 300/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação Cristã Filadélfia, do Município de Cianorte, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.05.2005.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, tem sua sede e foro na Rua Álvares Cabral, 84, em Cianorte, é constituída sob forma de sociedade civil, pessoa jurídica de Direito privado, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico e de assistência social.

A Associação Cristã Filadélfia, tem por objetivo a integração da comunidade, através de um trabalho entre as Secretarias da Educação, Saúde e Criança, objetivando principalmente a prevenção do uso de drogas, entre outros serviços.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e consequente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 301/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado o programa “Vida Nova Mulher Mastectomizada”, de apoio às mulheres carentes mastectomizadas no Estado do Paraná.

Art. 2º O programa, a ser oferecido pela Secretaria Estadual de Saúde, tem por finalidade apoiar, orientar, tratar, reabilitar, e reintegrar pacientes e ex-pacientes carentes acometidos pelo câncer de mama.

Parágrafo Único - Para efeito desta lei, considera-se carente a mulher cuja renda familiar não ultrapasse a três salários-mínimos.

Art.3º O Programa contará com equipes multidisciplinares formadas por médicos, psicólogos, assistentes sociais, fisioterapeutas, e terá por finalidade oferecer:

I - amparo psicológico individual e social à mulher mastectomizada;

II- local apropriado para realização de reuniões de cunho informativo e esclarecedor;

III - exames periódicos de ultra-sonografia e mamografia, entre outros, com a finalidade de controle ou prevenção ao câncer de mama;

IV - acesso rápido ao oncologista proporcionando tratamento farmacêutico, quimioterápico e radioterápico imediato;

V - perucas, lenços, gorros, luvas, próteses externas e sutiã adequado para o seu uso, sendo que bolinhas de isopor, no período imediato pós operatório, e próteses externas de silicone, às pacientes em tratamento quimioterápico;

VI - estímulo à criação de grupos que possam oferecer oficinas de artesanato, visando uma interação mais efetiva entre mulheres mastectomizadas, bem como um momento de troca de experiências entre elas;

VII - passagens de transporte coletivo para participantes do grupo de oficinas de artesanato;

VIII - feiras expositivas a cada trimestre onde serão expostos os trabalhos manuais confeccionados nas oficinas, sendo colocadas à venda para auxílio à mulher mastectomizada carente.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de noventa dias a contar da sua publicação.

Art. 5º As despesas para a execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.05.2005.

(a) ARLETE CARAMÊS

JUSTIFICATIVA:

O câncer de mama é a neoplasia maligna mais comum do sexo feminino nos países desenvolvidos representando 32% nos casos de câncer em mulheres nos EUA. No Brasil o Registro Nacional de Patologia Tumoral verificou que o câncer de mama representa 15,1% de todas as patologias malignas nas mulheres, sendo o mais freqüente e a principal causa de morte por câncer entre elas (INCA).

A incidência vai aumentando com a idade, predominando a partir da quinta década. No Brasil, o câncer de

mama é a principal causa de morte por câncer no sexo feminino e a maior incidência é encontrada nos estados da região Sul e Sudoeste.

Segundo dados da Secretaria da Saúde, no Estado do Paraná, em 1999 foram registrados 374 casos de morte por câncer de mama e, 394 no ano de 2000.

O melhor meio para se diagnosticar o câncer de mama, tumor maligno, é a mamografia, que é capaz de detectar o tumor antes mesmo que ele se torne palpável. Quando o diagnóstico é feito dessa forma, ainda no início da formação do tumor, as chances de cura se tornam muito maiores, descartando a necessidade de retirada de mama para o tratamento. Apesar de ser um método eficaz, a mamografia não descarta o auto-exame feito pelo ginecologista ou mastologista, já que alguns nódulos, apesar de palpáveis, não são detectados pela mamografia.

Infelizmente, em muitos casos há a necessidade da realização da mastectomia, ou seja a retirada da mama. Esta é uma cirurgia que representa uma das mais radicais formas de extirpar o câncer de mama, e com a finalidade de ajudar a mulher submetida a tal procedimento se recuperar dos transtornos psicológicos físicos causados, como eventuais problemas de cicatrização, limitação dos movimentos do braço, disfunções dos músculos e do sistema linfático, entre outros, é que se propõe a criação do presente programa.

Acredita-se que com a criação do presente programa a mulher carente mastectomizada terá um melhor atendimento de suas necessidades, superando mais rapidamente o trauma causado pela cirurgia além de poder auferir uma determinada renda com os produtos fabricados na oficina de artesanato.

Diante do exposto e considerando o alcance social do presente projeto, pede-se o apoio dos nobres Pares na sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 302/2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Dia do Cliente no calendário oficial do Estado, a ser comemorado, anualmente, no dia 15 de setembro.

Art. 2º No Dia do Cliente, as empresas, entidades civis e entes públicos realizarão atividades com a finalidade de qualificar as relações de consumo, proporcionando eventos e promoções.

Parágrafo Único. Os eventos de que trata o *caput* abrangerão todas as modalidades de interação entre fornecedor e cliente, enfatizando e valorizando a fidelidade comercial e divulgando os preceitos da Lei Federal nº 8.078 de 11 de setembro de 1990, que instituiu o Código de Defesa do Consumidor.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.05.2005.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

Os calendários oficiais contêm vários eventos tradicionais que consagram valores de família, como o Dia das Mães, Dia dos Pais, Natal, dentre outros. Todas essas datas sugerem confraternização e provocam iniciativas comerciais que acabam por afetar positivamente a economia, girando as finanças e gerando postos de trabalhos.

A instituição do Dia do Cliente constitui iniciativa de caráter cultural, com o intuito de fomentar o comércio e a indústria que passariam a contar com mais uma data oficial que incentivaria a circulação de recursos econômicos.

Necessário ressaltar que o Dia do Cliente será diferente do Dia do Consumidor. Este compra ou contrata serviços para uso próprio, como destinatário final; aquele é muito mais abrangente, engloba não só os consumidores, mas também aqueles que compram mercadorias e repassam para outras pessoas. Ademais, o cliente tem caráter de habitualidade, aquele que compra de um mesmo fornecedor por determinado e longo período.

Visa a presente proposição a maior realização de promoções no comércio, visitas e outras formas de aproximação com os consumidores, buscando o tratamento diferenciado e de qualidade para estes, além de aquecimento na economia estadual.

Desta forma, esperamos contar com apoio dos nobres Pares para que possamos aprovar a presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 303/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Toda e qualquer empresa privada poderá colaborar com o Governo do Estado na reforma e restauração de bens públicos móveis ou imóveis, obras públicas ou espaços situados em prédios públicos, no âmbito do Estado do Paraná.

Art. 2º A essas empresas fica facultado o direito de fazer publicidade de suas atividades industriais e/ou mercantis ou de prestação de serviço, no âmbito do seu objeto social ou institucional, sendo vedada a divulgação ou propaganda que fira os símbolos pátrios ou o patrimônio público, através da modificação ou ocultação da fachada do bem público, obra pública ou espaço situado em próprio público reformado ou restaurado.

Art. 3º A inobservância ao disposto na presente lei, ensejará ao infrator as seguintes penalidades:

I - na primeira infração constatada: advertência para que efetue a remoção do anúncio;

II - na reincidência: remoção imediata do anúncio e a aplicação de multa semanal correspondente a 10% (dez por cento) do valor da reforma ou da restauração do próprio público.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.05.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

É certo o estado precário do erário público e as parcerias com as empresas privadas para procederem reformas e restauração dos bens públicos do Estado. Em contrapartida a empresa privada poderá colocar propagandas onde procedeu à reforma e restauração. As empresas patrocinadoras não poderão de maneira alguma ferir a simbologia dos bens que forem reformados ou restaurados, sem agredir a memória da cidade e da população.

Com esta lei aprovada, as reformas e as restaurações serão por conta das firmas patrocinadoras, em troca de propaganda, proporcionando que o Estado venha alocar esses recursos em outras obras.

PROJETO DE LEI Nº 304/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Escolinha de Futebol do Jardim Paraíso B.E.F.C. - Brincando e Formando Cidadão, com sede em Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.05.2005.

(a) ANDRÉ VARGAS

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa declarar de Utilidade Pública a Escolinha de Futebol do Jardim Paraíso (BEFC) - Brincando e Educando Cidadão, com sede na cidade de Londrina.

A presente entidade, de acordo com a Lei Municipal nº 9258 de 02 de dezembro de 2003, foi declarada de Utilidade Pública Municipal, por ser uma entidade sem fins lucrativos e que tem por objetivo a recuperação de crianças de seis a dezesseis anos, em situação de risco e/ou de famílias de baixa renda, como aquelas que moram na rua, pois as mesmas são atendidas no setor de educação e esporte, como uma alternativa de vida melhor para esses cidadãos excluídos das mínimas condições necessárias aos seres humanos.

Ante ao exposto, aguardo da parte de meus nobres Pares, a aprovação da presente propositura.

PROJETO DE LEI Nº 305/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Itambé-PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.05.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Itambé é uma entidade civil sem fins lucrativos, de caráter educacional, cultural, assistencial, de saúde, estudo e pesquisa.

Foi criada para prestar assistência aos que dela necessitam, não distribuindo lucros, dividendos, nem possuindo recursos próprios suficientes à sua manutenção, prestando serviços gratuitos e de real utilidade à comunidade.

A APAE - Itambé tem por objetivo principal, educar pessoas portadoras de deficiências, oferecendo-lhes condições para o exercício da cidadania, assim como, meio para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Pelo exposto, espero poder contar com apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 306/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Será punida, no termos desta lei, toda manifestação atentatória ou discriminatória praticada contra pessoas em virtude de sua orientação sexual.

Parágrafo Único. São passíveis de punição os estabelecimentos privados, com ou sem fins lucrativos, e os detentores de função pública, civil ou militar, que atentarem contra o disposto nesta lei, no âmbito do Estado do Paraná.

Art. 2º Consideram-se atos atentatórios e discriminatórios, para os efeitos desta Lei:

I - praticar qualquer tipo de ação ou omissão violenta, constrangedora, intimidatória ou vexatória, de ordem moral, ética, filosófica ou psicológica;

II - proibir o ingresso ou permanência em qualquer ambiente ou estabelecimento público ou privado, aberto ao público;

III - praticar atendimento selecionado que não esteja devidamente determinado em lei;

IV - preterir, sobretaxar ou impedir a locação, compra, aquisição, arrendamento ou empréstimo de bens móveis ou imóveis de qualquer finalidade;

V - preterir, sobretaxar ou impedir a hospedagem em hotéis, motéis, pensões ou similares.

Art. 3º As penalidades aplicáveis aos atos discriminatórios a que se refere esta lei são as seguintes:

I - advertência;

II - suspensão da licença estadual para funcionamento;

III - cassação da licença estadual para funcionamento;

IV - multa.

§ 1º A pena de multa, graduada de acordo com a gravidade do ato discriminatório, consiste no pagamento dos valores correspondentes a no mínimo 1.000 e no máximo 10.000 Fatores de Correção e Atualização (FCA) ou outro indexador que venha a substituí-lo, e será revertida para o Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Paraná.

§ 2º Os valores das multas poderão ser elevados em até 10 (dez) vezes quando verificados que, em razão do porte do estabelecimento, resultarão inócuas.

Art. 4º O Poder Executivo deverá manter setor especializado para receber as denúncias e instaurar o processo administrativo para apuração e imposição das penalidades cabíveis.

Art. 5º O infrator, quando agente do Poder Público, terá sua conduta apurada por meio de processo disciplinar instaurado pelo respectivo órgão de lotação, aplicando-se-lhe, se for o caso, as penalidades previstas na lei estatutária, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Art. 6º O Poder Público disponibilizará cópias desta lei para que sejam afixadas nos estabelecimentos e em locais de fácil leitura pelo público em geral.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.05.2005.

(a) ELZA CORREIA
MARCOS ISFER

Apoio:

Ratinho Júnior, José Domingos Scarpellini, Barbosa Neto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Natálio Stica, Mauro Moraes, Durval Amaral, Nereu Moura, Miltinho Pupio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Ângelo Vanhoni, Rafael Greca, Padre Paulo Campos, Hermes Fonseca, Pedro Ivo Ilkiv, Elton Carlos Welter, Carlos Simões, Ademir Bier, Luiz Nishimori, Luiz Accorsi, Valdir Rossoni,

Dobrandino da Silva, Cida Borghetti, Tadeu Veneri, Cesar Seleme, André Vargas e 1 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal, no artigo 3º, inciso IV, enumera como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a promoção do bem comum, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. E, no artigo 5º, *caput*, declara que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

Não obstante, é comum em nossa sociedade denúncias de atos discriminatórios das pessoas em virtude de sua orientação sexual em suas relações de trabalho, consumo, locação, compra e venda, hospedagem, etc. Por isso, e a fim de dar efetividade aos preceitos constitucionais referidos, é mister a edição de lei que tipifique as infrações e comine as sanções cabíveis a esses atos, conforme determina a própria Constituição, no artigo 5º, inciso XLI.

Assim, acatando a proposta do Grupo Dignidade, submetemos à apreciação desta Casa o presente projeto de lei que tem por finalidade punir, no **âmbito estadual**, qualquer discriminação atentatória dos direitos das pessoas em virtude de sua orientação sexual.

Pequeno Expediente:

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Concedemos a palavra, no Pequeno Expediente, ao Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria de comunicar a esta Casa, à Mesa Diretora dos trabalhos, na pessoa de V. Exa., e aos demais Pares, que na tarde de ontem apresentamos e aprovamos um requerimento ao Secretário da Fazenda solicitando medidas jurídicas ou políticas, visando resguardar os interesses do povo do Paraná, principalmente das indústrias moageiras, indústrias de macarrão, indústrias de massas, enfim, indústrias de derivados de trigo, tendo em vista o anúncio que o Estado de São Paulo estaria isentando na prática, reduzindo de sete para zero a alíquota desses produtos naquele Estado.

Na manhã de hoje tivemos ligações das mais diversas regiões do Estado do Paraná. Os empresários do setor estão aflitos porque realmente isso significa decretar falência de muitos e o desemprego de milhares de paranaenses. E, na prática, é a mais suja das guerras essa guerra fiscal, que pode ser praticada.

Há poucos minutos atrás falei com o Governador Roberto Requião, que estará entrando com ação de

inconstitucionalidade, haja vista que o Estado de São Paulo sequer produz trigo, mas no entanto existem grandes importadores de trigo e de farinha de trigo no Estado de São Paulo que certamente têm um benefício velado e muito bem encomendado através desse decreto anunciado pelo Governo de São Paulo.

Mas, eu queria comunicar a esta Casa e também comunicar ao Líder do Governo, que não se faz presente, mas tenho certeza que seus Pares lhe comunicarão, que se eventualmente nós não resguardarmos nessa ação de inconstitucionalidade que o Estado do Paraná estará propondo, e deixarmos em atividade um único dia, se permitirmos que por um mês vigore esse decreto do Estado de São Paulo, as indústrias do Estado do Paraná não recuperarão mais o terreno perdido, haja vista a competitividade que estarão enfrentando, a perda de mercado não só no Estado de São Paulo, mas também nos outros Estados que estarão sendo abocanhados pelas indústrias de São Paulo que tomarão esse mercado.

Então, as perdas são irreparáveis, e eu faço este apelo também ao Líder do PT nesta Casa, que se comunique com a Casa Civil, não do Estado do Paraná, mas da Presidência da República, para que o Governo Federal também interfira nesta questão, não é só em defesa do Paraná, mas em defesa também dos outros tantos Estados que têm pequenas, médias e grandes indústrias do setor de derivados de trigo, que todas quebrarão. Não são só as empresas do Paraná.

Deputado Elio Rusch, recebi uma ligação hoje de uma empresa de vossa região, Marechal Cândido Rondon, a Ninfa Biscoitos, que tem em seu quadro de funcionários 750 funcionários direto, e ela falou que se ficar em vigor um mês que seja, esse decreto no Estado de São Paulo, com certeza vai começar uma decadência que pode incidir lá na frente até na falência da empresa pela perda de mercado.

Então, faço este apelo, não só ao Líder do Governo, porque não depende só do Governo do Paraná, depende do Governo Federal dizer se quer sepultar de vez o pacto federativo. Então, que se rasgue a Constituição e não se respeite mais as regras!

Precisamos da interferência também do Governo Federal para que não entre em vigor. Não é a ação de inconstitucionalidade que vai conter essa voracidade do Estado de São Paulo de acabar com as indústrias dos outros Estados.

Porque essa ação, se proposta - e não entrarmos paralelamente com uma ação cautelar visando cessar de imediato os efeitos do decreto do Governo do Estado de São Paulo - com certeza até o julgamento do mérito, não conseguiremos mais recuperar o terreno perdido.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Concedo a palavra ao Deputado André Vargas.

Deputado André Vargas (PT)

O SR. ANDRÉ VARGAS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estamos vivendo uma época bastante polêmica. É comum na época pré-eleitoral, que qualquer tema fique bastante candente.

Queria informar de primeira mão que o Secretário Nacional do Meio Ambiente para as questões das florestas virá ao Paraná conversar junto com o Governador, o Presidente desta Casa, e os produtores que tenham dúvidas. Hoje seria o dia do anúncio da criação dos parques. Não será mais.

Em Palmas haverá uma nova audiência pública. Em especial nos Campos Gerais, em Tibagi haverá uma reunião para tratar desse tema.

Não há problema nenhum de debatermos essa questão da preservação das araucárias. A questão da preservação ambiental tem que estar, na medida do possível, conciliando com questões econômicas, mas tomara que não aconteça aquilo que aconteceu no Norte do Paraná. Lá não temos esse problema, infelizmente, porque não temos mais nenhuma peroba. O único santuário de peroba ficou em Tuneiras do Oeste. Vale dizer, com relação a esse parque, não há nenhuma discussão. Há total apoio da região, total apoio do Norte do Paraná.

Apoiamos a criação dos parques e a política de preservação ambiental. Vamos estimular o debate aqui no Paraná. Entre uma questão e outra vamos atuar na questão da preservação ambiental, porque significa pensar não só no amanhã, mas fundamentalmente nas próximas gerações, dos próximos séculos.

Também faço uso da palavra para levantar a seguinte questão, mas antes quero dizer que aqueles que estão mais próximos do Governo, no dia-a-dia, levem a preocupação, não só deste Deputado, como de inúmeras lideranças de Londrina.

Ficamos em silêncio até agora, mas o Governador precisa de maior prudência para tratar das questões relativas ao IAPAR; ele precisa fazer uma autocrítica em relação a esse episódio; ele precisa valorizar os bons servidores públicos que têm à sua disposição, independentemente da coloração partidária; ele precisa rever sua posição, porque lá há uma diretoria proba, ética, que age com transparência e que no episódio citado aqui, superficialmente, pelo Deputado Barbosa Neto, aquela diretoria adquiriu uma plantadeira pelo menor preço do mercado, ou seja, do Brasil ou fora do Brasil, por pregão eletrônico, de forma transparente e assim, certamente, está provado nos processos.

Estou encaminhando um pedido de informações com relação àqueles autos, porque a diretoria do IAPAR merece o nosso respeito, não só o respeito dos Deputados. Quero crer e sempre digo isso, que a nomeação de diretores e assessores do meu gabinete, cuido eu, de cada gabinete dos Deputados cada um cuida do seu, jamais

opinarei em relação à nomeação deste ou daquele, em relação ao Executivo, porque ao Governador compete nomear, manter, transferir aqueles que bem entender, mas mesmo assim o fazendo, deve fazê-lo com respeito ao tipo de trabalho de recuperação daquela instituição agromônica do Paraná, do IAPAR, do Instituto Agrônomo do Paraná, daquela instituição importante.

Ontem, citei aqui, na comparação da questão da EMATER, um péssimo exemplo de autarquização que foi o IAPAR que tem dificuldades enormes, que não tem até hoje um plano de cargos e salários, está aguardando e, certamente, haverá esse plano, mas que, fundamentalmente, não tem autonomia e quando com recursos federais do FINEP adquire uma plantadeira, pelo menor preço do mercado, por pregão eletrônico, metodologia transparente, recebe alguns impropérios governamentais que não se admitem em época de democracia e República.

Portanto, o nosso integral apoio, não só à diretoria do IAPAR, mas ao corpo funcional do IAPAR e que o Governador possa fazer uma autocrítica, para que possamos preservar um belo trabalho que se realiza lá.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Com a palavra, o Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (PFL)

O SR. ELIO RUSCH

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros visitantes que nos honram com a sua presença na Sessão de hoje.

Gostaria de discorrer, desta tribuna, sobre a notícia que foi veiculada na imprensa do Estado do Paraná, no início desta semana, no que diz respeito à exportação que o Paraná obteve nesse último mês. Os jornais deram enfoque muito grande, em especial aos motivos ou a qualificação de cada setor na exportação do nosso Estado. Por que quero falar sobre isso, Deputado Geraldo Cartário?

Porque o nosso Governador Roberto Requião, onde ele vai, quando participa de qualquer atividade de inauguração, e isso ele fez recentemente na cidade de Palotina quando veio o Vice-Presidente da República, José Alencar, quando foi inaugurada a ampliação do frigorífico de aves da CEVALE e ele dizia, em alto e bom som, que isso é um exemplo que deveria ser seguido por outras indústrias.

Palavras do próprio Governador que criticou naquela ocasião as montadoras do Estado do Paraná. Agora vejam, Srs. Deputados, o Governador, num lado, critica as montadoras do nosso Estado, mas a imprensa mostra e os números comprovam aquilo que estou dizendo agora. As montadoras, Deputado Valdir Rossoni, a carne e o setor madeireiro do nosso Estado, são responsáveis por 65% da nossa exportação. E quem são as montadoras? São as empresas multinacionais que vieram se

estabelecer no Paraná, que geram rendas, riquezas e empregos e que são os grandes responsáveis pela exportação do nosso Estado. Aliás, estava no site também do governo no ano passado, a questão da própria Renault que é a maior em exportação de carros automotivos. O próprio Governo faz propaganda e por outro lado critica as multinacionais no Estado do Paraná.

Por que o Paraná atingiu esse estágio, por que está crescendo acima da média industrial no nosso Brasil?

Ora, todos nós sabemos e ninguém é ingênuo, que um processo de industrialização do Brasil, de um País, de um Estado ou mesmo do Município, você não tem o reflexo imediato; tem o reflexo a médio e longo prazo.

É isso que está acontecendo no Estado do Paraná. O setor madeireiro e o Deputado Valdir Rossoni e outros Deputados aqui da Assembléia Legislativa, são exatamente pessoas que entendem e que são da área, que mexem com essa atividade. O setor madeireiro é uma atividade das mais antigas em nosso Estado, é uma tradição nossa, industrializar e exportar a madeira.

Mas, o que é que veio no Governo passado? Não podemos esconder isso. Temos que lembrar isso, a MACISA, que veio para Ponta Grossa, a TAFISA, que veio para Piên, que agregaram exatamente valores à madeira para que a nossa pauta na exportação pudesse subir agregando valores, agregando rendas e também empregos no nosso Estado.

O setor de carne, o Brasil e o Estado do Paraná estavam impedidos de exportar a carne pelo problema de febre aftosa. Criou-se, pelo ex-Governo e envolvendo também todos os setores, as entidades criaram também em cada município os conselhos da sanidade e saúde animal, e o Paraná começou a exportar carne.

Deputado Stica, um fato muito curioso até e é um número que deve ser lembrado. O Oeste do Paraná, o setor de carnes e o frigorífico, os abatedores, as cooperativas, a C. Vale, Lara, COPAGRIL, COPAVEL, Sadia, Perdigão, enfim todos os frigoríficos de aves que estão no Oeste do Paraná, abatem hoje um milhão e trezentos mil frangos por dia!

Se pegarmos por base um milhão e trezentos mil frangos, Deputado Ailton Araújo, dois quilos cada frango, temos dois milhões e seiscentos mil quilos de carne produzidos diariamente, só no Oeste do Paraná! E, se considerarmos que o Paraná tem dez milhões de habitantes, o Oeste do Paraná produz 250 gramas de carne para cada paranaense, por dia!

Esta é a produção do Oeste do Paraná, só em carnes de aves!

E por que conseguimos isso? Por que os frigoríficos foram estabelecidos na nossa região? Porque tiveram incentivos por parte do Governo do Estado, para que as empresas aqui pudessem se estabelecer!

Então, a carne, o setor madeireiro e o setor automotivo, são os grandes responsáveis pela pauta de exportação que o nosso Estado tem hoje.

O Sr. José Maria Ferreira (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(assentimento)

Deputado Elio Rusch, parabenizo V. Exa. pelo seu pronunciamento e o esforço do Estado do Paraná, especialmente na questão arrecadadora; é o esforço da produção obtida sim, com o segmento automobilístico, de autopeças, mas nós não podemos desconsiderar neste processo todo, o que fez o atual Governador Roberto Requião, desonerando todos os pequenos contribuintes e fazendo e concentrando a fiscalização, estimulando de forma responsável o contribuinte a assumir sua responsabilidade com o Estado do Paraná.

V. Exa. tem razão quando afirma que o setor automotivo é um setor que contribui já no passado, com mais. Este ano está contribuindo com 24%, no ano de 2004, mas há que se ver que outros setores também contribuíram nesse processo, como nós vamos ter, com certeza, uma queda da questão madeireira para o próximo, do ano em curso, em função da cotação do dólar, em função de uma série de variáveis que se está aplicando.

Mas, parabéns pelo pronunciamento de V. Exa.

Eu só queira completar com a questão da desoneração do Governo Roberto Requião, nesta administração.

Muito obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Nós sabemos que o trabalho que o atual Governador fez, embora nós, sendo Oposição, a desoneração da pequena e micro empresa, foi um bom programa.

Mas por que ele conseguiu desonerar isto, Deputado José Maria? Porque houve um incremento na Receita do Estado do Paraná e nós vamos comprovar isto nos primeiros dias, quando virá a esta Casa o Secretário da Fazenda, o Dr. Heron Arzua, que é uma pessoa altamente qualificada, competente, técnico que integra hoje os quadros do Estado do Paraná, e podemos perfeitamente verificar e questioná-lo sobre o aumento da Receita no nosso Estado, mas a desoneração dessas pequenas e micro empresas, não aumentou a exportação do nosso Estado, não!

Eu fiz um comentário sobre a exportação no Estado do Paraná e a quem se deve exatamente este programa e aqueles números que nós vimos nos atuais dias - temos que enaltecer, claro, não pelo fato de nós sermos Oposição ao atual Governo - nós somos Oposição ao Governo, mas não somos oposição ao Estado do Paraná, nunca! Nós queremos que o Paraná continue crescendo, mas reconhecimento tem que ser dado.

Eu deixei claro. Muitas vezes, ficamos em dúvida, qual é o comportamento. Como é difícil você entender muitas vezes os políticos e os governantes - quando de um lado você critica, você condena as posições de um Governo, por outro lado você, ao mesmo tempo enaltece, pelo crescimento que houve.

Deputado José Maria, V. Exa. é um profundo estudioso e conhece perfeitamente a questão tributária do

nosso Brasil e nós sabemos que o câmbio que nós vivemos hoje é altamente prejudicial à agricultura brasileira e às empresas exportadoras.

Ora, o câmbio, e eu não sou especialista, não sou economista, eu vivo o dia-a-dia a experiência na área econômica, aquela que eu tenho no dia-a-dia, que eu trato das questões, eu estou muito preocupado com o câmbio brasileiro, com a agricultura, porque o agricultor, quando buscou o seu financiamento, a cotação do dólar estava a 2,80, 2,90 oficial, e isto fez com que agora, abaixo de 2,50, o produto do nosso agricultor cai lá embaixo, a saca de soja menos de 30 reais no Oeste do Paraná, e o insumo, veneno, adubo, os inseticidas, permaneceram altos. E quando nós exportamos esta produção, é menos dinheiro que entra para o Brasil. Então nós entendemos que se o dólar não reagir, se o Governo Federal não tomar alguns cuidados urgentes e algumas medidas, nós poderemos ter uma quebraadeira no Brasil, não só no setor agrícola mas também no setor empresarial porque existem contratos a serem cumpridos, tanto no setor frigorífico como de cereais e de outros produtos como madeireiro, enfim tudo isso aí.

V. Exa. foi muito feliz quando falou do setor madeireiro. O quadro, com toda certeza, no final do ano, no próximo, será completamente diferente deste ano. Mas, a que se deve isso? Pela diminuição da produção? Não, Deputado Reni Pereira, deve-se exatamente pelo câmbio; nós não conseguimos mais competir lá fora! Então, favorece quem? Parece-me, com todo respeito que tenho ao Governo Federal, que estão muito mais preocupados em fazer com que o salário-mínimo valha cem dólares, dizer isso aí para o nosso trabalhador, do que estar preocupado com o setor agrícola do Brasil, do que estar preocupado com as empresas brasileiras que alavancam a nossa economia, e eu não me canso de dizer que quem alavanca a economia não é o Governo - e quando falo em Governo não é o Governo Federal, Estadual e nem Municipal, eu falo nos três níveis -, quem alavanca a economia é a iniciativa privada, são as empresas, o Governo tem que ser o parceiro, tem que dar condições para que nossas empresas possam competir com o mercado mundial, tem que dar condições para que nossa agricultura possa se fortalecer, cada vez mais!

Aí, sim, nós estaremos contribuindo para a economia do Estado, do Brasil, e por que não dizer dos nossos municípios? A industrialização é necessária e o Paraná deixou de ser, sim, Deputado Barbosa Neto, um quintal de São Paulo, o Paraná se tornou um Estado industrializado. Mas qual é a nossa preocupação, muito bem levantada e com muito conhecimento e propriedade pelo Deputado Reni Pereira, quando ele fala que São Paulo adotou alíquota zero para os moinhos de trigo? E aqui no nosso Paraná, o que vai acontecer com os nossos moinhos? Eu tenho moinho em Marechal Cândido Rondon, o Oeste do Paraná tem moinhos, inúmeros moinhos, vai dar uma quebraadeira!

Tenho certeza que alguém do Governo está nos assistindo agora, porque o Canal 21 transmite ao vivo, o Governo do Estado tem que tomar uma medida: ou vamos tomar a mesma medida do Governo de São Paulo, ou o Governo Estadual entra em contato com o Governo Federal e aí eu apelo à Bancada do PT, aqui da Assembleia Legislativa, que entre em contato com o Governo Federal e não deixe vigorar esta posição, senão vamos ter uma quebraadeira no Estado do Paraná.

Concedo o aparte ao Deputado Barbosa Neto.

O Sr. Barbosa Neto (PDT)

Deputado Elio Rusch, quero cumprimentá-lo na tarde de hoje, pela felicidade do tema que aborda e nós precisamos, sim, de incentivos protecionistas, enquanto não é unificada a questão das alíquotas do ICMS, o que deve ser feito pela reforma tributária que está em trâmite pelo Governo Federal.

Enquanto isso não acontecer é muito nobre essa iniciativa e o Governo do Estado poderia se inspirar nesta sugestão dada por V. Exa., principalmente quando vemos aí um Estado como São Paulo, que foi levantado pelo Deputado Reni Pereira, na tarde de ontem, que, teoricamente, não precisaria, já que é o maior arrecadador da Federação, e baixa alíquota zero num imposto como esse na questão do trigo e seus derivados.

Parabéns a V. Exa. Nós vemos que o Governo às vezes faz medidas com redução de ICMS que significa, nem tantas vezes, um benefício muito grande para os pequenos, médios e micro empresários.

Acho que esta é uma excelente alternativa levantada por V. Exa.

O SR. ELIO RUSCH (PT)

Agradeço à Presidente Arlete pela benevolência de nos ter cedido mais trinta segundos além do nosso tempo. Muito obrigado.

E este é um tema que o Parlamento do Estado do Paraná não pode ficar isento. Embora que a produção, a plantação de trigo do Paraná diminuiu muito, mas temos ainda o nosso cultivo do trigo. Não podemos fazer com que as nossas indústrias, que transformam o trigo, a matéria-prima em produto final, venham a sofrer exatamente agora essa pancada que o Governo de São Paulo dá em cima dos moinhos do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PADRE PAULO CAMPOS (PT) (Pela Ordem)

Quero, nesta tarde, dar boas-vindas aos desportistas do Paraná que estão aqui, a convite do Deputado Kielse. E também aos companheiros do meu Partido Prefeito de São Carlos do Ivaí, juntamente com o Vice-Prefeito e aos Vereadores, o Preto, Vereador de Mandaguaçu também do PT e Sueli, Vereadora de Santa Mônica.

Muito bem-vindos à nossa Casa, sintam-se em casa também.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Registro a presença do Sr. Edgar, Diretor Geral do Comitê Olímpico Brasileiro e convido-o para sentar-se à Mesa.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Associo-me aos votos de boas-vindas do Deputado Padre Paulo e cumprimento aqui a liderança desportista da nossa região: minha, do Cartário e do André Vargas, que é o Carlio e o ex-Vereador Luiz que estão aqui presentes, acompanhando a nossa Sessão.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Concedo a palavra ao Deputado Barbosa Neto.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Questão de Ordem**)

Gostaria de pedir ao meu parceiro de Oposição que nós, a partir de hoje, falássemos do lado da Situação.

Talvez muitos poderiam estar perguntando: então, os Deputados de Oposição mudaram para o Governo? Não! Nós cansamos de reclamar do sistema de som do lado da Situação.

Infelizmente, Deputado Elio Rusch, V. Exa. fez um pronunciamento que merece todo o nosso respeito e a nossa atenção, mas não há condições, porque nós, sentados ali, não ouvimos o seu pronunciamento.

Então, peço ao Deputado Barbosa que fale do outro lado, talvez o som lá nos dê a mesma oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Com a palavra o Sr. Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na semana passada quando soube desse fato, preferi não tocar no assunto porque achei que fosse apenas um deslize colegial, ou mesmo uma brincadeira própria dos universitários. Porém, diante da reincidência, não posso ficar calado ante um fato que reputo gravíssimo.

Estou falando aqui, sobre as opiniões difamatórias, preconceituosas e racistas até, que foram divulgadas através da internet, cometidas por médicos residentes e ex-residentes do maior hospital universitário do Estado, Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná que tem sede em Londrina. Eu que já usei dos préstimos do hospital universitário, fui estudante da universidade estadual de Londrina, com muito orgulho, sei da importância desse hospital e não posso permitir que esses médicos residentes façam essas colocações que denigrem ou tentam denegrir a imagem dos servidores, dos funcionários e

até de pacientes que se utilizam do Hospital Universitário de Londrina.

A mídia repercutiu e até de forma internacional, esse impacto altamente negativo para o nosso Estado. Vou, um pouco constrangido, repetir essas afirmações caluniosas da tribuna, hoje, justamente para chamar a atenção de toda a sociedade paranaense. Esses médicos utilizaram o orkut da internet para fazer essas afirmações extremamente preconceituosas, difamatórias e racistas até, repito aqui. Disseram aqui que são “trolls” que é um termo que eu não conhecia, seres abomináveis, repugnantes, comedores de carne humana. Isso é o que significa “trol”, referindo-se aos funcionários do Hospital Universitário. Chamaram ali alguns funcionários de “macaca de quinze arrobas”, “orangotango”, “traveco”, vesgo do elevador, e outros termos que estão aqui, que eu me recuso a reproduzi-los.

O Deputado Bradock que foi relator da CPI das Universidades, conhece bem o problema dentro do Hospital Universitário e agora, com esse agravante, eu repito, denigre de forma aguda o Hospital Universitário, e o que é pior, hoje a imprensa mostra que os mesmos que usaram dessa artimanha nos meses de outubro e abril, voltaram a reafirmar essas informações caluniosas contra os funcionários do HU e eles têm a certeza da impunidade, porque, dentro do que foi apurado pela imprensa, eles acham que não serão pilhados pela Comissão de Sindicância que foi instaurada, para poder identificar, flagrar e responsabilizar até criminalmente esses que usam uma condição de médicos, mas que na verdade, são profissionais abjetos que não merecem o respeito da nossa comunidade.

Aliás, que tipo de profissionais são esses que estão sendo formados no Hospital Universitário? São exceção! É bom a gente frisar aqui, com certeza, só que eles devem mudar de profissão, logo eles que tiveram acesso a todo tipo de formação humanística diante das disciplinas que lhes foram ofertadas em mais de oito anos de escola, dentro da Universidade Estadual de Londrina.

Onde está função social desses jovens que fizeram um juramento, no momento em que recebem um diploma, porque a função...

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

V. Exa. tem um minuto para concluir.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Muito obrigado, Sr. Presidente Elio Rusch.

A profissão de médico é uma das mais importantes e talvez a mais sagrada que existe, dentre o rol de todas as profissões, sem desmerecer nenhuma delas, mas uma profissão que tem a alcinha de salvar vidas, que tem a possibilidade de ajudar um ser humano num momento difícil, não pode ter ou despejar no mercado de trabalho profissionais irresponsáveis, nazistas, até eu diria, quando xinga, quando joga contra os funcionários que estão passando por dificuldades, porque há nove anos não recebem

aumento e recentemente até foram xingados publicamente pelo Governador Roberto Requião que disse que todos os funcionários do Hospital Universitário eram vagabundos, o que nós insurgimos também naquela oportunidade.

Então, ao terminar o meu pronunciamento, quero deixar registrado na tarde de hoje, inclusive apresentando requerimento com uma moção de repúdio a esses médicos residentes ou ex-residentes e que eles não continuem fazendo essa arbitrariedade que eu repito, altamente fascista, em prejuízo de uma instituição e desses funcionários.

Portanto, o que nós pedimos aqui é que a Comissão de Sindicância, que a própria Comissão Executiva do Curso e também dos residentes do Hospital Universitário possam apurar a fundo essas questões e tomar as devidas providências e que fosse passado na tarde de hoje, esse meu requerimento com uma moção de repúdio aos médicos que cometeram essa sandice.

Obrigado, Sr. Presidente, pela deferência do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Próximo inscrito, Deputada Arlete Caramês. Antes porém, pela ordem o Deputado Scarpellini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Eu gostaria, neste momento, de convidar o Deputado Barbosa Neto e os membros da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia, para formarmos imediatamente, dentro dessa Comissão, e irmos à cidade de Londrina, amanhã ou sexta-feira, para podermos lá, ouvir as pessoas que estão sendo difamadas e achincalhadas por esses médicos, fazermos um relatório daquilo que for constatado e encaminharmos ao Ministério Público Estadual, que está aí não só para andar atrás de Vereador e de Prefeito, ou de quem quer que seja.

Aqueles que estudaram gratuitamente, às custas inclusive de trabalhadores e de bóias-frias do Paraná, nas universidades do Estado, têm a obrigação de respeitar também, acima do juramento que fizeram, respeitar as pessoas que socialmente suportaram o seu custo, o custo dos seus estudos na universidade gratuita que foi criada com a luta desta Assembléia e com o apoio e a decisão governamental de Álvaro Dias.

Então nós precisamos formar aqui, imediatamente, fazermos essa reunião lá em Londrina, apurarmos a responsabilidade dessas pessoas que estão faltando com o respeito para com a sociedade e para com os princípios de igualdade, liberdade e fraternidade que deve existir entre os povos e entre os seres humanos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Agradeço até a deferência, Sr. Presidente, vamos então a Londrina na próxima sexta-feira receber o Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do

Consumidor, Deputado José Domingos Scarpellini que prontamente se posiciona à disposição de um tema tão grave como esse atender a esse anseio.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

O Deputado Scarpellini é Presidente da Comissão de Direitos Humanos e pela denúncia que V. Exa. fez, ele prontamente tem amplos poderes para chegar à cidade de Londrina e verificar *in loco*, aquilo que efetivamente aconteceu.

Deputada Arlete Caramês (PPS)

A SRA. ARLETE CARAMÊS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores.

Hoje vou fazer um pronunciamento em nome da Deputada Cida Borghetti, que ela está impossibilitada de vir até aqui porque está com uma pessoa de sua família acamada. **(Lê):**

“Hoje, assinalamos a passagem do Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infanto-Juvenil.

Chaga social que incomoda todos os países, ela passa a merecer atenção prioritária desta Casa de Leis - que criou e apresenta à comunidade, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente.

Nos termos preconizados pela Organização das Nações Unidas, a nova Comissão Técnica foi abrigada dentro do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná recentemente adotado, com o inteiro apoio do Presidente Hermas Brandão e da totalidade dos Parlamentares Estaduais.

Agora, os sete membros da Comissão estão realizando as Sessões preparatórias do órgão, necessárias para elaboração de um plano de trabalho que orientará essa contribuição à sociedade paranaense; em termos de audiências e debate, estudo de casos e levantamento de diagnóstico, além de proposta de lei sobre o tema do abuso e da exploração sexual de menores.

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, do Adolescente e da Criança está utilizando o relatório de conclusões de Inquérito do Congresso Nacional que, sob a liderança da Senadora Patrícia Sabóia Gomes, promoveu o mais amplo e rigoroso levantamento da situação do menor brasileiro sob o ângulo do abuso e da exploração sexual; formulando ao cabo um conjunto de recomendações e de planos de lei que já apresentam os primeiros resultados.

De fato, o país melhorou no campo da proteção do menor em situação de risco, desde a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente, na esteira das disposições da Carta de Direitos formulada pela Constituição Federal de 1988.

São medidas efetivas como o esforço de erradicação do trabalho infantil, o estímulo à retomada e permanência da criança e do adolescente na escola mediante programas sociais, a instituição dos Conselhos Tutelares previstos no Estatuto para cada Município, a implantação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, e muitas outras.

No dia 16 de maio, a Deputada Cida Borghetti protocolou requerimento ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, solicitando a contratação de equipes interprofissionais para todas as Comarcas.

Hoje, das 155 Comarcas do Paraná, só 31 contam com esses profissionais para o bom funcionamento dos Conselhos Tutelares.

Essa providência resultou da primeira reunião da Comissão de Direitos da Mulher, do Adolescente e da Criança.

Porém, os desafios nessa área são imensos, desde aqueles decorrentes do cenário social, até os advindos de uso incorreto das novas tecnologias de comunicação, como a internet.

Assim, a carta de Foz do Iguaçu, aprovada pela recente Conferência Parlamentar das Américas, recomenda com o mais vivo empenho a busca de meios para coibir o flagelo da pornografia infantil.

Tais situações ocorrem não apenas entre nós, mas em diversos países, onde pessoas de má índole, aproveitam a facilidade da comunicação eletrônica para explorar a imagem de crianças e jovens com o objetivo de lucro ou satisfação de seus instintos transviados.

Pior ainda é a utilização ilegal de crianças e adolescentes em redes de prostituição, mediante a oferta de recompensa para elas ou para seus responsáveis, numa exploração desumana das necessidades impostas pela exclusão social.

Ainda são registradas outras violações dos direitos desses seres em formação por quadrilhas de criminosos e traficantes, quando aliciam menores para o uso de bebidas proibidas e drogas, a prática de crimes ou a mendicância.

Senhoras e senhores:

É claro que a pobreza em seus diferentes graus é reconhecida como uma das causas dessa situação preocupante, que ofende a consciência moral e o direito. Em muitas localidades de nosso imenso território a falta de perspectivas, a má conformação da estrutura familiar, as dificuldades econômicas e outros fatores acabam acarretando tais anomalias sociais.

Porém, uma vez atacadas as causas primárias de tais desvios, com ações públicas e da comunidade como as referidas anteriormente.

- Ensino de boa qualidade, Programas Sociais, Erradicação do Trabalho Infantil, projetos de responsabilidade empresarial e outros - remanesce um largo espaço para o exercício de ações coercitivas do ente social organizado, incorporadas nos códigos legais que restringem a

conduta daqueles que insistem em desrespeitar as regras da vida civilizada.

De fato, se coibirmos a impunidade que se manifesta das mais variadas formas - desde a omissão criminosa de alguns até a violência abusiva de muitos - ficará mais difícil às quadrilhas e traficantes aliciarem menores, explorarem o trabalho infantil ou formarem redes de prostituição juvenil.

É por isso que devemos nos manter atentos e vigilantes - orientando quando possível, denunciando quando necessário - para mantermos nossas crianças e jovens ao abrigo dos abusos e da exploração ofensiva à sua dignidade e seu futuro.

Tal conjunto de providências, alcançado hoje pelo empenho imperioso das circunstâncias de nosso tempo, existiu em todas as civilizações da Antiguidade. Por exemplo, desde há dois milênios - registra o Evangelho - Jesus Cristo já enfatizava a atenção devida a esses seres em formação, ao proclamar: "Deixai vir a mim, as crianças!"

É que - intuía o doce Rabi da Galiléia - além de ser delas o reino dos Céus, também o nosso futuro comum depende da extensão e eficácia com que protegermos, educarmos e apoiarmos os cidadãos da humanidade de amanhã.

Muito obrigada!"

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Com a palavra a Deputada Cida Borghetti, para questão de ordem.

A SRA. CIDA BORGHETTI (PT) (**Questão de Ordem**)

Gostaria de agradecer à Deputada Arlete Caramês, que fez um brilhante pronunciamento, no dia de hoje, que tem uma imagem triste, na verdade, que marca a violência contra as crianças e adolescentes. Uma violência que nos deixa um trauma e uma vergonha muito grande, que é a violência contra a criança e o adolescente, mas uma violência sexual.

Eu gostaria de agradecer, também, e parabenizar a Deputada Arlete, que nos dia de ontem ficou Presidente da Frente Parlamentar do Combate Contra a Violência e o Abuso Sexual de crianças e adolescentes.

Eu gostaria também de parabenizar as Deputadas Elza e Luciana, que juntamente conosco certamente irão participar dessa Frente Parlamentar, convidando os demais companheiros desta Casa que venham somar-se a nós, a esta luta. Eu acho que esta Casa vai poder contribuir muito, Sr. Presidente, para que possamos, juntamente com a sociedade, ajudar a eliminar essas pessoas que denigrem a imagem da sociedade paranaense e brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Com a palavra, Deputada Elza Correia.

Deputada Elza Correia (PMDB)

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Eu tinha me preparado para uma fala hoje, e acho - embora repetitiva - talvez de fundamental importância, considerando que hoje é o Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Dito assim, parece uma questão comum, normal, mas é muito grave, muito séria essa situação no nosso País.

Antes dessa minha fala, apenas colocando alguns dados, alguns números para reflexão de todos os companheiros e companheiras, dos trabalhadores que nos visitam hoje aqui na Casa, eu gostaria de dizer alguma coisa em relação ao pronunciamento do Deputado Barbosa Neto, relativo à uma situação de Londrina, medidas inclusive da Comissão de Direitos Humanos que vai aprofundar-se sobre essa questão, de fortes resquícios de preconceito, discriminação, por conta de médicos residentes do HU. Eu, que tenho me pautado e construído a minha biografia de vida em cima das ações e atividades que propõem uma inclusão social, que eliminem do nosso convívio qualquer tipo de discriminação e preconceito, também tenho o maior interesse, Deputado Barbosa Neto, que essa questão seja resolvida. Já sei, o Dr. Francisco telefonou-me dizendo que já foi instaurado, através da Universidade, inquérito administrativo, mas é preciso que forças da sociedade se unam contra esse tipo de preconceito e discriminação nocivo à sociedade de forma ímpar.

Entendo que todo preconceito e toda discriminação é um reflexo de uma sociedade repleta ainda de resquícios nazi-facistas, da intolerância e de desrespeito ao próximo. Aquela velha frase extraordinária: “amai ao próximo como a ti mesmo”, alguns homens e mulheres, infelizmente na nossa sociedade, interpretam equivocadamente e dizem amar ao próximo, desde que o próximo seja igualzinho a ele, sem nenhuma diferença.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) **(Pela Ordem)**

Quero felicitá-la, Deputada Elza, porque coloca o seu mandato a serviço da humanidade, das causas humanitárias. Temos em V. Exa. a verdadeira defensora, nesta Casa, dos direitos humanos.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Muito obrigada, companheiro.

Entendo que se estamos aqui eleitos pela população, somos seus interlocutores, devemos sempre prestar atenção em nossos projetos de lei, em nossas ações, sempre preocupados em garantir os direitos humanos, direito de cidadania, seja de que segmento for. Temos as chamadas minorias brasileiras - que não são minorias somadas no seu conjunto - que são as mulheres que sistematicamente são aviltadas no seu direito de trabalhadoras. A cada quinze segundos uma mulher passa por uma situa-

ção de violência. Tem a questão de raça, etnia, em que as mulheres negras, os homens negros, ainda são muito mais aviltados que os homens brancos e as mulheres brancas na sociedade brasileira.

Portanto, o que aconteceu no HU é resquício, sim, de preconceito e discriminação que existe em nosso País, algumas declaradas, outras veladas. Contra a mulher, negro, índio, pobre, homossexual, contra portador de necessidades especiais, contra os portadores do vírus HIV; isso é repugnante, porque todos os seres humanos, sem exceção, nasceram para serem amados, respeitados e felizes, independentemente da sua condição econômica, social e religiosa.

Temos a obrigação de irmos fundo nessa questão e sermos contra o preconceito de qualquer natureza.

Gostaria de dizer que os números lamentáveis nos conduzem à preocupação que devemos ter, em termos de atitudes e ações nesta Casa para tentarmos minimizar o sofrimento, em especial das crianças, que vivem numa situação dramática em relação à violência.

Esta Casa abriu, no mandato passado, a CPI da Exploração Sexual Infantil. Na Comissão Permanente dos Direitos da Mulher, a Deputada Cida Borghetti levantou a questão da necessidade de verificarmos quais foram os procedimentos em relação aos resultados daquela CPI. É muito importante estarmos recolocando esta questão aqui para retomarmos essa questão.

Gostaria de colocar alguns números que são muito importantes, para ver o quanto de ação esta Casa, a sociedade organizada, os poderes constituídos, governos municipais, estaduais, federais têm que continuar sintonizados e preocupados com esta questão.

A data de hoje, 18 de maio, foi instituída com o propósito de congregarmos, fazermos um chamamento da sociedade civil para o enfrentamento deste problema.

É preciso colocarmos aqui para todos que nos ouvem os dados, pois eles são absurdos. Apesar de haverem já no Brasil os Conselhos Tutelares, o Estatuto da Criança e do Adolescente, essas questões não se resolvem apenas com os estatutos e leis. É preciso investimentos, implantação de políticas públicas, inclusão social, escola e atendimento às crianças para que minimize esse problema do abuso e exploração de crianças.

Temos um dado, por exemplo, que a maioria das vítimas, em nosso País, tem menos de seis anos de idade. E a violência, normalmente, é praticada por pai ou padrasto no seio da família. Esse é um dado realmente muito sério e grave, mostrando que é preciso fazer uma intervenção e um trabalho dentro das famílias brasileiras.

De cada três a quatro meninas, se continuarmos com essa escalada de abuso na nossa sociedade, uma será abusada sexualmente até completar dezoito anos. Essa é uma estatística que temos que tentar reverter. Temos que trabalhar na direção de mudar esse quadro, porque é inaceitável que tenhamos que conviver com estatísticas dessa natureza.

De cada seis a dez meninos, um vai ser vítima de abuso sexual até completar seis anos. Nós, Deputados, Deputadas e Governos constituídos, temos que trabalhar para mudar esse quadro, porque é revoltante. Temos filhos, temos meninos e meninas e temos que entender e compreender essa situação como filhos de todos nós e filhos do País; não dá para aceitar estatísticas tão horripilantes como essas.

Em 35% das famílias nas quais ocorre abuso sexual, está condicionado o uso de álcool e drogas, deixando clara a questão da condição social. Pelo menos 50% dos agressores foram vítimas de maus tratos físicos e psicológicos quando eram crianças, na sua infância.

Dois últimos dados revelam a necessidade de tratamento adequado às crianças que sofrem abuso. Do contrário, será muito difícil conter o problema no futuro. Cerca de 80% das crianças que se prostituem foram vítimas da violência dentro da própria casa, portanto, uma reprodução dessa violência! Mais da metade das crianças vítimas de abuso, são do sexo feminino.

O Brasil ocupa uma triste estatística ao estar em primeiro lugar na América do Sul em exploração sexual e comercial de crianças e de adolescentes. Uma estatística da qual nenhum de nós tem orgulho; muito pelo contrário, envergonha-nos a todos. Portanto, o mundo tem uma preocupação muito grande com essas questões e o Brasil vem cada vez mais se preocupando com esse tema.

No Paraná, em 55 municípios foram detectados tipos de abusos dessa natureza. Portanto, trazemos aqui uma preocupação. É preciso dizer que o Governo Requião tem investido em programas. Foi feito o Programa Sentinela, o Programa PET - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Na terça-feira, na reunião de Secretários, houve uma exposição muito interessante em relação a essa questão da OIP, que colocou um representante para a questão do abuso a crianças e adolescentes.

Portanto, é preciso que se diga que o Governador Roberto Requião, em parceria com o Governo Federal, em parceria com várias ações, inclusive de organizações como a Organização Internacional do Trabalho, vem investindo para que programas e projetos sejam implantados, para que façamos cair esse vergonhoso índice de abuso a crianças e adolescentes no nosso Estado.

Era isso, Sr. Presidente, nobres colegas.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Sr. Deputado Cleiton Kielse.

Antes, porém, queremos convidar, já que o Deputado Kielse vai falar sobre esporte, no Grande Expediente, convido para fazer parte da Mesa o Sr. Edgar Vitner, que é paranaense, nosso amigo, companheiro de toda Casa. É Superintendente de Eventos do Comitê Olímpico Brasileiro.

Da mesma forma, convidamos o Dr. Orlando Ruplen, Presidente das Federações Esportistas do Paraná, e também o atleta Nilson Pereira, medalha de ouro na última Olimpíada.

Com a palavra o Sr. Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, por trinta minutos.

Deputado Cleiton Kielse (PMDB)

O SR. CLEITON KIELSE

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Não só quero agradecer a cessão do Grande Expediente e ao projeto que estamos já na fase final dentro da Assembléia, mas quero cumprimentar a todos os presidentes das federações que aqui estão, não só o nosso amigo que já foi citado, representante do Comitê Olímpico Brasileiro que só no Rio de Janeiro, para salientar, Pastor Edson, estão sendo investidos um bilhão e trezentos milhões para o Panamericano em 2007.

Neste sentido, Deputado Stica, o senhor que também é um desportista, automobilista, queria cumprimentar nosso amigo, Dr. Orlando, Presidente da Associação das Federações Esportivas do Estado do Paraná e o nosso atleta o Nilson Pereira, medalha de ouro na última Olimpíada e ele participou da Para-Olimpíada para cegos.

Este sentimento, Dr. Orlando, divido com a Federação Paranaense de Esgrima, seu presidente Giocondo; a Federação Paranaense de Automobilismo, o Nelson Amaral também está presente; Federação Paranaense de Hipismo, o Presidente Nelson de Jesus também se faz presente; Federação Paranaense de Paraquedismo, seu Presidente Jorge se faz presente; Federação Paranaense de Beisebol e Softbol, seu Presidente Francisco Tokio Tan se faz presente; Federação Paranaense de Ciclismo, seu Presidente Sérgio Luiz Grassi se faz presente; Federação Paranaense de Capoeira, Presidente Antonio Rodrigues Santos e o Mestre Servip estão presentes; Federação Paranaense de Atletismo, Presidente Ubiratan Martins Júnior, representado por Jorge Cordeiro; a Sociedade Columbófila do Paraná, junto ao Dr. Wellington Oliveira; Federação Paranaense de Futebol, nosso amigo Jorge Dib, junto com o Vice-Presidente e atual; Federação Paranaense de Basquetebol, Presidente Amarildo Rosa; Federação Paranaense de Triatlon, seu Presidente Lester Pinheiro; Federação Paranaense de Badminton, Presidente Elizeu Paulo Machado; Federação Paranaense de Karatê Tradicional, Presidente Julio Takuo Arai; Presidente da Federação de Musculação, Dr. Roberto Braga; Federação Paranaense de Luta de Braço, Presidente Roberto Votto Braga; Federação Paranaense de Futvôlei, Presidente Fernando Cruz Sanches; Federação Paranaense de Boxe, Presidente Rubens San Perruchon; Federação Paranaense de Karatê, Presidente Aldo Lubes; Federação Paranaense de Tênis, Presidente José Luís Demeterco Neto; Federação Paranaense de Vôlei, Presidente Neuri Barbieri; Federação Paranaense de Tênis de Mesa, Presi-

dente Nelson Kuniyoshi; Federação Paranaense de Bocha, Presidente Luiz Carlos Stédille; Federação Paranaense de Bicicross, Presidente Roberto Grander; Federação Paranaense de Judô; Presidente Renato Fruehwirt; Federação Paranaense de Automobilismo; Presidente Rubens Maurílio Gatti junto com Jackson Hohara; Federação Paranaense de Motociclismo, Presidente Gilberto Rosa; nosso Vereador de Curitiba, o Aladin, que também se faz presente, companheiro, amigo desportista e mais a Federação Paranaense de Natação e também o nadador Presidente Mirley Lemos Corrado e Eduardo Risden, com o Vice-Presidente Luiz Fernando Graczyk.

Estes citando, cito a importância desse movimento unido, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente Elio Rusch, Padre Paulo, meu amigo Carlos Simões, que esta lei que tem não só a visão de montar uma nova estratégia com todos os municípios do Paraná, de termos um incentivo ao fomento, Deputado Leite, que lá em Paranaguá, com certeza, se tivéssemos recursos aportados do Governo do Estado, pelos empresários que lá vivem, teríamos a utilização permanente dos ginásios de esportes, das quadras que temos lá, como em qualquer outro lugar do Estado do Paraná. Mas, a repercussão mais forte que tivemos nesses últimos anos, Deputado Beraldin, que eu sei é um grande desportista, junto com a maioria dos companheiros que estão aqui, Deputada Cida, André Vargas, Rossoni, Durval Amaral, Ailton Araújo, Bradock, Deputado Edson, que fazem com que juntos possamos votar essa lei que tem no seu prisma os aspectos de recrutar, selecionar, formar e desenvolver equipes esportivas no Estado do Paraná e com isto, não só o treinamento, Deputado Bier, e participação em eventos estaduais, interestaduais, nacionais e internacionais, vamos poder retirar das ruas, com certeza, milhares de jovens que estão, não só no seu ócio, Deputado Nelson Garcia, lá em Umuarama, depois que as crianças saem de suas escolas, elas ficam sem uma atividade permanente, e tendo lá em São José dos Pinhais, o Chico também, com certeza vamos fazer com que São José destaque vários atletas. Estão presentes aqui também os Secretários de Esportes, não só de São José, mas do Estado do Paraná.

E este incentivo, seria como, Pastor Edson? Seria um incentivo que já existe nos bastidores, mas que os empresários precisam ter ajuda do Governo, Deputado Stica. E como faríamos isto? Retirando do ICMS 2% apenas, o que não parece muito, mas para as Federações que aqui estão seria o básico da sustentação, funcionamento e condição de recrutar novos atletas, atletas estes que na sua grande maioria sequer têm dinheiro, muitas vezes, para chegar no evento que vão disputar.

E o Deputado Dobrandino, lá em Foz do Iguaçu, que foi um incentivador quando Prefeito, que buscou também, junto com o Deputado Nereu, em Catanduvas, fazendo as ações que temos agora, mas tínhamos no passado, fossem reforçadas pelo município. E como nós vamos fazer isto? Foi formado o Comitê Desportivo do Estado do Paraná esta semana, junto ao Governo do

Estado. É um comitê que vai regulamentar, Deputado Dobrandino, quais ações das Federações serão importantes para que nós possamos utilizar esse ICMS que não é generalizado ao ICMS do Estado, e faço uma menção ao Governador Roberto Requião que não é na totalidade do ICMS dos 2%, e sim empresa a empresa, federação a federação, projeto a projeto, Deputado Carlos Simões; um custo geral que teríamos durante o ano inteiro, que pudéssemos colher, que fosse da totalidade do ICMS do Estado, chegaríamos à casa dos trinta, quarenta milhões de investimento, se conseguíssemos colher todo o investimento do Estado! Mas, não vai ser assim.

Vamos fazer com que cada Federação se organize, que faça o seu projeto individualizado, que busque os seus parceiros, como já temos parceiros querendo investir e querendo investir mais do que os 2%, porque estão vendo a boa vontade do Governo em liberar 2% do seu ICMS e mais o percentual para terem também a sua logomarca, Deputado José Maria, exposta também, junto com a logomarca do próprio Governo do Estado, que é um patrocinador direto desses esportistas e dessas federações.

É um projeto que buscamos, não só na imaginação de vários atletas, de vários amigos que aqui estão, de várias federações, mas a necessidade absoluta que hoje não colhemos nada do esporte paranaense, a não ser da garra das federações que conseguem levantar todo o dia cedo e dormir tarde para poderem mostrar o quanto são eficientes.

Por isso, falamos com o nosso Secretário Gomide, que está também apoiando o projeto, um projeto que vai alcançar, com certeza absoluta, não só a questão dos fundos esportivos, mas vai fazer com que outros patrocinadores, doadores, incentivadores, diretos e indiretos, venham no entrelace, porque queria não só o profeta, que todos nós tivéssemos uma atividade para falarmos: *Mens sana in corpore sano*, Padre Paulo, como tenho certeza V. Exa. já falou, várias vezes, em missas mas isso com as federações nós conseguimos pela garra dos nossos presidentes e federados. Felizmente temos já conversado com nossos amigos da Secretaria da Fazenda, está aqui nosso Procurador, Sérgio Botto, companheiro e amigo, também Procurador do Estado; já analisei com os procuradores do Estado a possibilidade da liberação desses recursos a vossas federações, tendo a participação direta e indireta do próprio Governo.

Concedo o aparte ao nosso companheiro, Deputado Stica.

O Sr. Natálio Stica (PT)

Muito obrigado, Deputado Kielse.

Ao mesmo tempo em que o parabenizo pela iniciativa, também o cumprimento por ter trazido aqui vários presidentes de federações do esporte do nosso Estado a quem damos as boas-vindas.

Gostaria de me somar ao seu pronunciamento e à sua luta dizendo que também fico feliz, porque no final deste mês, possivelmente, na prática, já tenhamos o

Comitê de Esporte do Paraná. Inclusive há mais de um ano estamos ajudando nesta luta e eu fui indicado como titular e o Deputado Alexandre Curi como suplente para representar a Assembléia no Conselho deste Comitê o que me deixa muito feliz. É uma área que, assim como o senhor, eu também tenho grande admiração pelo trabalho que desenvolve, principalmente tirando das ruas as crianças de famílias que, por falta de condição financeira, não tiveram ou não tenham oportunidade de exercitar a prática deste ou daquele esporte.

Nós sabemos, conforme vosso pronunciamento, além da saúde é a maneira de tirar essas crianças das ruas.

Portanto, V. Exa. está de parabéns pelo trabalho e quer me somar, agora assumindo em nome da Assembléia este Conselho, quero ficar à sua disposição para juntos trabalharmos em prol do esporte do nosso Estado, já que é, sem sombra de dúvida, a melhor maneira de fazer com que as famílias continuem agregadas, através do esporte e dando condição principalmente às famílias de baixa renda.

V. Exa. está de parabéns e conte com meu apoio para ajudá-lo nesta empreitada.

Muito obrigado.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Muito obrigado, Deputado Stica.

Nós sabemos da sua luta permanente em favor de várias modalidades do esporte, principalmente do automobilismo que é um grande volante que temos aqui na Assembléia e que defende, Dr. Edgar, com unhas e dentes, as associações vinculadas e as federações.

Mas o projeto em si, o projeto com esta linha de conduta, podendo o contribuinte do ICMS, que não tenha nenhum problema com o fisco para nós termos, dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal, que as federações também tenham suas federações ímpares junto a todos, nós não só sabemos que são difíceis os sistemas de contribuição que hoje temos, na área social mas, com certeza, Dr. Orlando, participando e atendendo a todos os municípios do Paraná, baseados também nas ações com as entidades estaduais.

Temos hoje, só das federações olímpicas que estão listadas aqui 27, das para-olímpicas, somadas às 14 modalidades esportivas e às indiretas associações de federações, 46 para-olímpicas, tendo, não só o orgulho de mostrar que o Paraná foi destaque na última Olimpíada, dando a referência que o Brasil conseguiu, pela primeira vez, Deputado Carlos Simões, chegar ao número de medalhas que chegamos.

Mas, chegamos como, Presidente Orlando? Com o CPO ajudando, com a Lei Agnelo Piva, com algumas leis individuais nos municípios, mas com a maior dificuldade do mundo para a manutenção dos desportistas, inclusive para mandá-los muitas vezes, ao Exterior!

E aqui no nosso querido Paraná uma lei dessa, tenho certeza, tem o alcance não só de proporcionar lazer, proporcionar o dia-a-dia com mais conforto para as famílias de nossos irmãos paranaenses, mas com certeza abso-luta todos os amigos de Curitiba, da Região Metropolitana, do Estado do Paraná, todos os repórteres até, que participam diretamente de alguma modalidade, gostariam de ter o patrocínio dentro da sua federação. E o incentivo que vamos fazer a todas as atividades permanentes que temos diretas e indiretas. E também a federação que receberá dinheiro, deixar bem claro, não é nenhum paternalismo, é necessidade absoluta das federações.

Também essas federações terão que bancar, Pastor Edson, como o senhor na sua Igreja ajuda, faz com que as ações sociais sejam permanentes, nós venhamos a ter meninos de rua participando das federações que venham a ter o patrocínio do Governo do Estado, patrocínio este que será oriundo também direta e indiretamente de qualquer município que queira transformar; muitos vieram atrás, inclusive municípios de grande porte como Londrina, que está buscando essa lei de incentivo para que lá possamos incentivar, cuidar, criar novas metas. Mas, sem sombra de dúvida fazer um novo Regimento Interno no Paraná, que aqui o esporte é respeitado.

O Deputado Barbosa Neto, citava agora há pouco que poderíamos fazer uma parceria entre todas as federações. E, aos federados que estão aí, a todos os irmãos, os Deputados que estão se ausentando, que estão saindo, estão indo para uma comissão interna, mas continuam apoiando a lei! Falava ainda há pouco com o Deputado Anibelli, com o Deputado Ailton Araújo, com o Deputado Ivo, com todos os amigos que estão participando e sabem da importância disso. Estamos em votação interna e direta sobre assuntos pertinentes ao Governo do Estado, assuntos que são de relevância ao orçamento. E já convoquei, não só os Pares que dão apoio à Bancada do Governo, mas todos os elementos que fazem, na tríplice aliança aqui dentro da Assembléia, um assunto pertinente que temos neste momento, que é o esporte do Paraná.

Por isso, peço, não só o apoio das federações que aqui estão...

Concedo aparte ao Deputado Scarpellini nosso desportista, jogador de basquetebol.

O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)

Ilustre Deputado, quero parabenizar V. Exa. pela iniciativa, porque sabemos que é preparando os jovens que vamos garantir o futuro deste País. A juventude é fundamental no desenvolvimento de uma nação. Se olharmos o minúsculo País situado no Caribe, que é Cuba, vamos ver que Cuba se sobressaiu no mundo em função do esporte, porque no esporte se detecta a saúde, a fome, e todos os problemas que por ventura estejam a rodear o jovem e as crianças de uma nação. Não teremos um país para todos, um país feliz, se nós não tivermos a nossa juventude saudável. E não vamos ter a nossa juven-

tude saudável se não tivermos o esporte, se não tivermos a saúde e se não tivermos essas iniciativas de se materializar a vontade das pessoas através de orçamentos que possam cumprir financeiramente com os objetivos de uma administração pública.

Não temos como poder dar à juventude, se materialmente não tivermos garantido recursos, para que seja compatível com os gastos que se faz para se manter um jovem, uma criança no mundo dos esportes. Temos que ter o professor de Educação Física, a quadra, a bola, os equipamentos, enfim, tudo aquilo que é necessário. A alimentação tem que ser reforçada, a saúde tem que ser reforçada.

Então esse seu projeto é que vai dar o suporte financeiro para poder ver as quadras, os campos de futebol, os campos de areia do fundo de várzeas, que a nossa juventude poderá e certamente usufruirá para se preparar melhor para o futuro.

Deputado Kiese, parabéns pela iniciativa. Eu fico muito feliz de saber da sua preocupação e vê-la materializada nesse projeto. Parabéns a todos os desportistas que aqui estão!

Eu joguei futebol, joguei basquete e acho que no esporte é que se aprende a ter lealdade, é que se aprende muito a respeitar principalmente o seu companheiro e o seu adversário.

Parabéns e espero que o Governador Roberto Requião venha sancionar esse projeto para que o Paraná possa ser mais feliz.

Muito obrigado.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Obrigado, Deputado Scarpellini. Nós sabemos da sua preocupação quando Prefeito também de Apucarana, que criou incentivo fiscal e local, não só criando novos estabelecimentos, ginásio de esportes, quadras, mas efetivamente investiu no esporte quando Prefeito. Por isso, nós temos certeza da sua colaboração.

Não só nós citamos a importância desse projeto, que eu digo que é o Projeto do Desarmamento, parecido com o projeto de meu amigo Ratinho Júnior, só que nós estamos armando os esportistas para defenderem os nossos irmãos que não têm oportunidade. Armando, não com armas, armando com oportunidade de vida.

Armando, como nós fizemos com o Deputado Hermas, diminuindo para os agricultores também o ICMS, que eles puderam armar-se e proteger as suas produções e vender para o Brasil e para o mundo.

No caso do esporte nós vamos investir não só na qualificação, no novo molde que foi feito junto ao Conselho Nacional de Desporte, na parceria que nós vamos firmar com as empresas, mas empresas que querem não só se livrar um pouco do imposto, mas querem patrocinar e não conseguem.

Eu tenho certeza, Deputado Dobrandino, que conto com V. Exa. como Líder do Governo, com a pessoa ligada pessoalmente ao Governador Roberto Requião,

que será o tutor, o responsável e que poderá ter, com toda a certeza, o apoio de todas as federações do Paraná que lutam diuturnamente para fazerem que não só os atletas estejam permanentemente defendendo as suas bandeiras nas suas modalidades, mas, que nós possamos, junto com o nosso grande beque central, Deputado Elio Rusch, que já defendeu bem o time aqui da Assembléia, não sei como é que está neste momento, mas que lá em Candido Rondon era famoso como esportista!

Essa matemática, Elio, que eu sei da sua amizade com o Dr. Edgar, não só o nosso Superintendente Geral hoje, junto ao COB, que faz com que nós venhamos junto com a participação da Confederação Olímpica Brasileira tentar sensibilizar todos os federados do Paraná, tentar junto ao Dr. Orlando, junto com os atletas vencedores e os participantes, porque não só é bom ganhar, mas participar é muito mais importante para nós termos condições de mostrarmos o porquê de nós termos também uma convivência em sociedade. Por isso que todas as associações, aqui estão.

Nós estamos conjugando, vamos pegar assinatura de todos os Deputados Estaduais, vamos fazer com que esse projeto ande o mais rápido possível aqui na Casa, para que dentro do prazo como nós estipulamos, na reunião ainda no plenarinho, possamos estar homologando esse projeto e buscando esses recursos ainda este ano, Deputado Nishimori, eu sei que o senhor é adpeto do karatê, do Shuteboxe e de outras modalidades que eu participei, para que o senhor venha a aplaudir, lá em Maringá, quando um empresário, como o senhor que também é empresário, possa liberar 2% do seu ICMS mensal para patrocinar equipes de Maringá e região. Será beneficiado o jovem e o adolescente e podemos estender pelas Federações até os idosos em competições da terceira idade.

Por isso, a importância desse projeto que tem o embasamento legal da Procuradoria que busca atenção de todos os participantes do esporte amador do Paraná, mas faço uma aposta que, assinado este projeto, triplicaremos os atletas das Federações, nós fazemos com que as Federações de Esporte Amador venham a ter o básico, porque eles não querem muito; querem o básico para poderem participar nas suas modalidades, para poderem representar aqui dentro e fora do País, da melhor maneira possível, com dignidade, não pedindo esmola, muitas vezes, não tendo que buscar, cotizar muitas vezes para saírem das suas próprias casas para comprarem uniformes.

Quicá os Estados Unidos que têm o recorde dos recordes dos recordes olímpicos e que lá, como disse muito o Presidente das Federações, a cada um dólar investido se economiza três, na questão do combate ao crime, Deputado Ratinho e Deputada Arlete que sabem o quanto significa isso, dos pequenos, médios e grandes marginais que não tiveram oportunidade mas que teriam até a vocação esportiva para defender o nosso Estado.

Eu realmente agradeço, pela permanência de todos os amigos. Convoco-os à próxima audiência que teremos,

falando com a Federações. Nos próximos trinta dias devemos ter uma reunião geral com o Secretário do Esporte e Turismo, junto com Secretário das Finanças, o Secretário da Fazenda do Estado para conciliar e demonstrar tecnicamente que esse projeto de lei não só é viável como é extremamente útil à sociedade paranaense.

Obrigado, Deputado Elio, obrigado ao nosso representante do COB, Dr. Orlando. Que Deus nos abençoe neste projeto!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Nós queremos agradecer ao Deputado Kielse pelo belíssimo pronunciamento que fez na tarde de hoje e agradecer também a presença de todos os atletas do esporte amador do Estado do Paraná que estão representados pelas mais diversas Federações do Esporte Amador, a presença do Edgar Ritner, a presença do Orlando.

Na verdade, o Orlando, que é o presidente das Federações Esportivas do Estado do Paraná, nós começamos juntos na vida pública. Ele Vereador, na cidade de Medianeira, e eu por Marechal Cândido Rondon. Companheiro lá do Oeste do Estado. Edgar, uma pessoa altamente qualificada e está efetivamente no lugar certo, na Superintendência de Eventos Olímpicos do nosso Brasil.

Parabéns aos senhores pelas excelentes funções que exercem e na certeza, Deputado Kielse, o projeto que V. Exa. apresentou nesta semana aqui na Assembléia Legislativa, o Deputado Hermas Brandão já despachou para a Diretoria Legislativa e essa, por sua vez, encaminha às Comissões onde o projeto deve merecer os pareceres e esperamos que a Assembléia Legislativa e os Parlamentares possam se manifestar o mais rápido possível e que encontre o respaldo necessário por parte do Executivo do Estado do Paraná para que nós possamos destinar esses recursos necessários em favor do esporte amador do nosso Estado.

Parabéns a V. Exa. parabéns a todos os atletas do esporte amador do nosso Estado.

Obrigado pela presença de uma forma muito especial, ao Edgar e ao Orlando, que prestigiam a Sessão de hoje.

Obrigado a vocês.

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS) (Pela Ordem)

Para registrar a presença do Vereador Oliveira, de Colombo, com uma votação expressiva, sendo o vereador mais votado da história do Município de Colombo, que nos dá a honra de sua presença.

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Horário destinado às Lideranças concedemos a palavra ao Deputado Barbosa Neto.

Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uma das principais vias de acesso da cidade de Londrina é a Rodovia Celso Garcia Cid, a PR-445, que vem sendo alvo de constantes acidentes gravíssimos, uma compilação de dados desses acidentes e estamos bastante preocupados com as mortes que estão acontecendo. Estudantes, que têm suas escolas nas proximidades, principalmente na Região Metropolitana de Londrina, entre Cambé, têm feito manifestos, saindo às ruas para pedir segurança nesses locais.

Também no perímetro urbano de Londrina, entre o Jardim Tarobá e o Parque Ouro Branco, mesmo com a presença de uma passarela, várias pessoas estão sendo vítimas de acidentes, no momento em que cruzam aquela rodovia. Portanto, nós sabemos e estamos com esses dados, moto-taxistas morrendo, motoristas, estudantes, ciclistas, todas as semanas esse trânsito caótico no trecho urbano da Rodovia Celso Garcia Cid, vem sofrendo com este intenso e crescente número de acidentes. Existem, inclusive, duas universidades: a UNOPAR, a Universidade do Norte do Paraná; a UEL, Universidade Estadual de Londrina, que estão sofrendo com isto e até a chegada de condomínios horizontais, já que essa região é bastante valorizada na área da Gleba Paliano.

Então, é o apelo que fazemos hoje, ao Governador Roberto Requião e ao Secretário dos Transportes, Waldyr Pugliesi, que inclusive já tem conhecimento desta nossa preocupação e reivindicação por parte da comunidade de Londrina e de Cambé, para a duplicação dessa rodovia. Quem chega da Capital, indo ao interior, a chegada principal a Londrina é a PR-445, e a saída de Londrina para o Estado de São Paulo também é pela Rodovia Celso Garcia Cid.

Eu não quero justificar este meu pronunciamento fazendo algum pedido em causa própria, mas tenho pelo meu corpo mais de cem pontos em função dos acidentes que já sofri nessa rodovia. O mais recente, agora, quando deu perda total do carro que nós estávamos, eu recebi doze pontos aqui e implantei cinco pinos na mão. Tenho outros setenta e nove pontos na cabeça, também de um acidente sofrido nessa mesma rodovia. Ninguém tem nada com a minha vida e não é por mim, mas, é pelas dezenas e dezenas de pessoas que já morreram.

É a principal cidade do interior do Estado. E no único trajeto de ligação de Curitiba com o interior, num trecho da rodovia que é pedagiado, através da BR-376, justamente neste local não há a duplicação da pista, que - repito - é uma das mais importantes da nossa cidade.

E o que é mais grave: acidentes estão ocorrendo e eu já fiz pedido há mais de um mês, prevendo as outras várias mortes que aconteceram, justamente por falta de

recapeamento no trecho da PR-455, de Londrina até Mauá da Serra, passando por Tamarana.

Estive em Tamarana, no último sábado, e ali estava o ex-Prefeito presente, Vereadores, que temem que tenha sido feito um projeto experimental, utilizando uma massa asfáltica que não foi aprovada, e que ali é onde mais acontecem as aquaplanagens nos momentos de chuva por causa da faixa de rolamento em que sulcos foram abertos no trecho onde o tráfego pesado, principalmente os caminhões, acabaram abrindo na pista. Então, é a preocupação que nós estamos trazendo a esta Casa de Leis, e gostaria que, com o nosso pronunciamento e com o requerimento que nós já havíamos protocolado, inclusive anunciando, lamentavelmente, sem ter bola de cristal é claro, outras mortes que acabaram ocorrendo justamente nesse trecho, com capotamentos inexplicáveis até.

Eu já conversei com o Diretor do DER sobre essa questão, e espero que seja incluído esse trecho da rodovia dentro da malha viária que está sendo colocada como prioridade pelo Governo do Estado para fazer o recapeamento. Mas lamentavelmente pelo mapa que nós vimos até agora nos encartes dos jornais que estão sendo divulgados pelo Governo do Estado, a BR-445, que leva o nome do pioneiro, que representa para nós do Norte do Paraná, o principal acesso à Capital do interior, que é Londrina, não está prevista essa obra que é muito cara, muito importante, essencial para o desenvolvimento do progresso e para evitar que vidas continuem sendo ceifadas nesse trecho que cruza desde Bela Vista do Paraíso, passando por Cambé, por Londrina, por Tamarana, até Mauá da Serra.

Era esse o meu pronunciamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente Elio Rusch.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

PT.

O SR. NATÁLIO STICA (PT) (**Pela Ordem**)

Antes de ceder o horário do Partido dos Trabalhadores, eu não sei se alguém vai fazer uso, eu gostaria, pela ordem, apenas para não cometer injustiças nesta Casa, Sr. Presidente, em relação a funcionários desta Casa, em especial aos funcionários do som.

Freqüentemente eu vejo aqui reclamações do Líder Valdir Rossoni, de que o som ali está diferente do som da Situação. Acabei de ouvir atentamente o pronunciamento do Deputado Barbosa, o som dali é tão bom quanto o da tribuna da Situação.

Portanto, que não paire dúvida nenhuma sobre funcionário desta Casa em relação ao serviço de som. Vale tudo entre Oposição e Situação, só não vale prejudicar trabalhadores desta Casa.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, o Justiceiro Deputado Stica, ao qual eu cumprimento pela atenção que ele teve em relação ao som.

Quero só dizer a V. Exa. que nós somos em nove, em dez Deputados de Oposição, e se V. Exa. não confia na minha palavra - e não há necessidade que acredite -, pergunte aos outros Deputados. Melhorou, sim, o som, agora, depois da reclamação quando o Deputado fez.

Quando V. Exa. Deputado Elio Rusch, fez o pronunciamento, o som não estava bom.

Por esta razão, é um direito legítimo de qualquer Deputado, seja ele de Situação ou de Oposição, de reclamar sobre o som porque nós temos o direito, igual a todos, todos somos iguais até provem em contrário.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Nós esperamos que o Presidente da Casa, Deputado Hermas Brandão, que sempre tem se pautado como magistrado aqui na Casa e na Assembléia Legislativa, e o Deputado Nereu Moura, 1º Secretário, haverão de resolver o problema do som que realmente há muitos anos carece de alguma melhora. Mas, não vai faltar esforço do Presidente, do 1º Secretário, e com toda certeza os nossos técnicos do som também farão o possível para que o som aqui no plenário seja audível para todos os Parlamentares.

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (**Pela Ordem**)

Apenas para encerrar o assunto, eu até concordo em parte com o que disse o Deputado Natálio Stica, mas nós recebemos um feedback imediato, já que esta Sessão está sendo transmitida ao vivo pelo canal 21.

Agora há pouco a minha funcionária trouxe-me um e-mail dando conta que um telespectador não conseguia ouvir os pronunciamentos que foram feitos da tribuna da Oposição.

Talvez é por falta de ajustes. Agora foi muito bom o som, o que não aconteceu aqui na primeira vez. Não queremos crucificar aqui os funcionários, pois lá dentro pode estar bom, mas aqui no plenário acaba sendo inaudível o som naquela tribuna. É uma questão de ajuste.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Consulto a Liderança do PT.

(**Declina**)

Consulto a Liderança do PSDB.

Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, agora o som está uma maravilha. Quero aproveitar para elogiar o sistema de som.

Quero dizer ao Deputado Natálio Stica que o nosso prazer é fazer um pronunciamento e que o som esteja em forma.

Já fui 1º Secretário desta Casa e sempre ouvi as reclamações. Não sei o que tem neste som, tem dia, parece, que entra marimbondo aí dentro.

Subo à tribuna para repercutir um pouco o que está acontecendo no cenário nacional. Tenho certeza que agora vou merecer a atenção do PT, porque o cenário nacional está bastante complicado

Vamos tirar a questão de Rondônia, porque é uma questão local, mas que deu náusea, ânsia de vômito, tudo que pode acontecer a um cidadão quando vê aquilo lá.

Na última semana li na revista Veja a denúncia contra o Marinho. Primeiro era o Valdomiro, agora o Marinho. Vamos começar a formar um time de futebol se continuar assim.

Não me pego apenas ao ato de corrupção do funcionário dos Correios, mas me atendo ao que ele disse logo após: há um grande esquema em todas as estatais, em dezoito estatais e que todas funcionam da mesma maneira.

É importante, quero aqui reconhecer que o PT desta Casa é composto de homens sérios e tem primado pela seriedade, mas o que tem acontecido em nível nacional é de se estranhar, porque quem acompanha a política nacional há anos, recorda muito bem de que quando algo acontecia no cenário nacional, o PT levantava-se e queria CPI, e agora o PT e o Presidente Lula mudaram de posição, não querem mais CPI! Falar de CPI, Pastor Edson, é a mesma coisa que falar da cruz para o capeta! Não querem conversa de CPI!

Vamos analisar o caso Valdomiro. Ora, o Valdomiro, naquele caso de corrupção, morava, dividia o mesmo apartamento. Com quem? Com o José Dirceu! E aí o PT não deixou sair CPI!

Agora, o Supremo Tribunal Federal já tem votos e tudo indica que vai autorizar a abertura da CPI e a grande verdade é que o Valdomiro é a ponta do iceberg. Aonde vai chegar, em qual andar do Palácio do Planalto vai chegar, não sabemos. Além disso, saindo do Valdomiro, poderíamos falar aqui sobre o guardião da moeda nacional, o Ministro do Banco Central. Por que Ministro?

Para fugir da Justiça o Presidente da República baixa uma medida provisória e, pela primeira vez na história do País, transforma o Presidente do Banco Central em Ministro, para fugir da Justiça! O Lula fazendo isso! Por que ele fez isso? Porque o Presidente do Banco Central foi denunciado por envio de recursos, de dinheiro, para fora do Brasil, irregularmente!

Quem cuida da moeda nacional está, hoje, denunciado por uma questão gravíssima e transformou-se em Ministro como prêmio! Este é o Brasil que nós vivemos! Poderíamos falar, aqui, do Ministro Jucá, da Previdência. O homem que entrou com aquele rompante que vai diminuir o déficit da Previdência. Foram levantar a vida do Jucá! O que aconteceu? O homem pegou dinheiro de Banco estatal, ofereceu fazenda fantasma, enfim, é só você pegar as denúncias contra o Ministro!

Aí, vem o Presidente Lula, completamente contra o discurso do seu Partido, dizendo o seguinte: “Nós não podemos julgar sem investigar”. Ora, o melhor exemplo deste País, que lembro muito bem, foi o Presidente Itamar Franco: quando foi denunciado o Chefe da Casa Civil, Sr. Angrives, ele afastou o Chefe da Casa Civil até que apurassem as denúncias, as denúncias não foram comprovadas; voltou para Casa Civil o denunciado. Agora, o que acontece?

O Chefe da Casa Civil tem o seu companheiro de apartamento envolvido numa “maracutaia”, mora no mesmo apartamento e parece que não há nada com o José Dirceu! O Presidente do Banco Central é pego mandando dinheiro para fora do Brasil, ele se transforma em Ministro; recebe um prêmio! Aí o Ministro Jucá veio para resolver o problema da Previdência: vão levantar a vida do cidadão, a ficha dele não chega perto do Escadinha, mas quase lá!

Agora, o Lula disse, ontem, depois do episódio dos Correios, tenho certeza que isso deve deixar os petistas tristes.

Só gostaria que os petistas não ficassem tristes porque nós, quando éramos governo, ouvíamos muito isso. Gostaria que os petistas só refletissem comigo, Deputado Stica, imagine V. Exa. ontem, a declaração do Presidente Lula. Quando é que nós sonharíamos que o Presidente Lula daria uma declaração como a de ontem? Ao receber o Deputado Roberto Jefferson, disse a ele: “eu assino um cheque em branco para V. Exa. e vou para casa dormir tranqüilo”.

Não quero dizer aos senhores, mas vou perguntar para nós mesmos: para quem nós assinaríamos? Deputado Zucchinho, para quem V. Exa. assinaria um cheque em branco e iria dormir tranqüilo?

Sou uma pessoa que confio nas pessoas, tudo o que as pessoas me falam eu acredito. Acredito mesmo. Confio, mas não assino cheque em branco para ninguém! Porque até se você assinar um cheque em branco para o teu filho, de repente alguém pode levar teu filho para o mau caminho, que é o caminho da droga, que é o caminho que não deve ser seguido. Se um pai tem dinheiro, ele tem que ter muito cuidado com o seu dinheiro para que o seu filho se acostume a trabalhar, ganhar o dinheiro, para que não se acostume que o papaizinho dá dinheiro, senão você não cria um filho educado no trabalho, como deve ser criado.

Passa a usar o Horário da Oposição

Inclusive, vou dar o aparte agora ao Deputado Stica, mas o que estou sabendo do que está acontecendo em Brasília hoje, Deputado Scarpellini, é uma verdadeira correria para tentar segurar a CPI dos Correios, porque ela deságua na PETROBRAS, deságua nas outras estatais e o Governo está em polvorosa!

Estou reproduzindo o que está escrito nos jornais, Deputado Stica, antes que V. Exa. me aparteie.

Quando vejo o Presidente da República do Brasil, que podemos discordar, porque nós do PSDB não votamos no Lula, somos adversários, opositores, mas se há uma coisa que ouvi, inclusive do Presidente Fernando Henrique, nos últimos dias, quando jantei com ele aqui em Curitiba, há uma coisa que não se pode tocar é na moral do Presidente Lula.

Mas me assusta quando vejo, no ato de desespero, porque está se tornando prisioneiro dos conchavos políticos em Brasília; assusta-me quando vejo o Presidente Lula querer se firmar como parceiro para ter uma bancada apoiando o seu governo, dizendo que assina um cheque em branco.

Fico preocupado com essa situação. E não é novidade, Deputado Stica, há muito tempo estamos escutando nos corredores desta Assembléia, nos corredores do Congresso Nacional quando estamos em Brasília, essas histórias que muitos dos apoios hoje têm funcionado dessa maneira; coloca-se uma estatal, monta-se lá uma espécie de arrecadador, para não falar uma palavra mais pesada, e aí tem seu apoio!

Acredito que o Presidente Lula poderia governar este País em cima de sua credibilidade e não em cima das negociatas, como está acontecendo hoje!

Eu, Deputado Stica, lhe concedo o aparte com muita honra e prazer.

Espero que não venhamos a discutir o som, porque esta questão já está resolvida. V. Exa. estava com a razão.

O Sr. Natálio Stica (PT)

Muito obrigado pelo aparte. Prometo que não tomarei muito do seu tempo.

Apenas para dizer que a sua preocupação, com certeza é a nossa preocupação, é a preocupação do povo brasileiro. Há uma cultura neste País, infelizmente, que vem de muitos anos - como disse na época o Deputado Lula - maracutaias, e isso esperamos que um dia acabe.

O Governo Lula é um governo que tem dado demonstração de seriedade, de competência e é no seu governo que estamos vendo as prisões dos colarinhos brancos, é no Governo Lula que estamos vendo cassação de mandato de Parlamentares que não víamos por muito tempo. É neste governo que a moralização começa a aparecer no País.

Agora, é claro, temos problemas, sim. É um governo que infelizmente não é só do Partido dos Trabalhadores. É um governo onde tem vários partidos, e um governo de vários partidos, V. Exa. sabe, é dividida a administração. Claro que perdemos o controle, mas a cada passo tem que ser acertado. O Presidente Lula tem razão quando diz que não pode, em qualquer denúncia, já sair dando a tachação de culpado. Há que se fazer justiça, sim, mas há que se buscar a verdade, e depois de feitas todas as averiguações, tomar-se o caminho necessário.

Um exemplo, para encerrar o meu aparte, o ex-Senador Romero Jucá foi o Líder do Presidente Fernando Henrique Cardoso no Senado - melhor referência do que esta não teríamos. Quem iria imaginar que o ex-Líder do FHC tinha envolvimento com fazendas fantasmas?

Então, estamos sujeitos a erros, sim! Espero que, se comprovado for, que saia de onde está, porque não podemos continuar no erro. Errar é humano, continuar no erro é burrice! Tenho certeza, este governo está caminhando na transparência, na seriedade. Das estatais, V. Exa. exagerou. Tenho certeza que não temos problemas, não! Problemas aqui e acolá podem acontecer por indicações que infelizmente, ainda faz parte da cultura e espero que acabe. Estatal tem que ser administrada por competência e não por indicação política!

Na PETROBRAS, da qual eu fiz parte, administrada pelo Senador José Eduardo Dutra, que é da área, é um petroquímico de profissão, de Sergipe, do setor petroquímico, portanto a PETROBRAS, tenho certeza está bem administrada e não tem lá nenhum esquema de corrupção, podem mandar averiguar.

Obrigado pelo aparte e este Governo, tenho certeza, é um governo de transparência e V. Exa. ainda vai chegar a esta conclusão.

Parabéns, muito obrigado e conte com o nosso apoio.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Quero dizer-lhe que eu não cheguei à conclusão. Apenas estou relatando fatos e preocupado com a situação, porque quando vemos o Presidente Lula assinando um cheque em branco para o Roberto Jefferson, já coloco em dúvida se ele não é refém de uma situação. Eu não assinaria! Eu não assinaria!

Outra questão é dizer que esse Governo é transparente - se fosse, não estaria lutando como um louco, como estão lá em Brasília hoje, está uma guerra lá em Brasília, para que não saia a CPI, não saia a CPI! Não é possível! Quem diz, quem fala em transparência, não quer!

Então, meus senhores, a grande verdade é que o Presidente Lula paga pelo que falou.

Quem lembra quando o Presidente Lula disse que lá no Congresso Nacional tinha quantos picaretas? Trezentos picaretas? E hoje ele assina em branco o cheque aos picaretas!

Onde estão os homens que eram os donos da moral? Os homens que faziam oposição por fazer oposição? Tudo que era mandado para o Congresso Nacional, eles eram contra! Agora tudo que vai para o Congresso Nacional são favoráveis! E aqueles que se colocarem contra, são expulsos! Está lá a Heloísa Helena, no PSL, por quê? Melhor do que a Heloísa Helena para dar o seu depoimento sobre o Governo Lula não existe, porque ela conhece a história do Lula, sabe a competência que o Lula tem para governar este País, sabe a firmeza de caráter que ele tem para governar este País. O melhor depoi-

mento não é do Deputado Stica, não é do Deputado Rossoni, não é de nenhum Deputado! É só assistir à TV Senado e ouvir a Heloísa Helena que você já vai ter uma conclusão, qual o caminho que esse Governo está trilhando!

Outra questão que é seriíssima: estão maquiando números da economia deste País! Essa euforia na economia não existe! O que tenho visto no Brasil é o desemprego, são as dificuldades.

Concedo o aparte ao Deputado Barbosa Neto.

O Sr. Barbosa Neto (PDT)

As maiores contradições, Deputado Rossoni, são vistas principalmente dentro dos próprios membros do PT.

Veja que o Plínio Arruda Sampaio que é um histórico petista, inclusive amanhã estará em Londrina, é um dos maiores críticos desse Governo que aí está. O senhor citou a situação da Senadora Heloísa Helena, foi ela quem saiu. Não precisamos nem ir longe, vamos citar aqui o exemplo do próprio Dr. Rosinha, que é do PT, e as críticas que ele faz, principalmente em relação à política econômica.

Dentro dessa incoerência, Sr. Presidente, só terminando, podemos notar, por exemplo, que o PT que assinava todas as CPI's, não importava, até se fosse para discutir a questão de formigas estava assinando; agora se negou, através do Presidente da República e do Presidente do Partido, o José Genoíno, a assinar a CPI para assinar as irregularidades com o seu Cachoeiro, com o Romero Jucá e agora com o Roberto Jefferson! Isso realmente é inadmissível! E, num momento importante do Brasil, que foi a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal, o PT foi contra, atrapalhou naquela época, e agora, no Governo, numa manobra orquestrada pelo Sr. Aloísio Mercadante, tentou salvar a pele da Prefeita Martha Suplicy para evitar que a LRF pilhasse a ex-Prefeita de São Paulo num caso de maracutaia!

Só para citar o que era o PT antes e o que é hoje.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Peço ao nobre Deputado que conclua o seu pronunciamento, porque na realidade ainda vamos ter duas Sessões, temos a Sessão Ordinária de amanhã que será transferida para hoje e depois uma Sessão em homenagem a uma cidadã do nosso Estado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, eu estava há pouco formando um time de futebol para concluir o meu pronunciamento: colocaria o Waldomiro, no gol; o Marinho, por respeito ao Marinho do Botafogo, na lateral direita; o Meirelles e o Jucá de beque central; o Jefferson certamente de centro-avante; o Aloísio Mercadante eu colocaria de um lado do Maracanã, torcendo, fazendo de conta que tudo o que está acontecendo não é verdade, e do outro lado colocaria a Heloísa Helena, torcendo e dizendo a verdade.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 47 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado André Vargas, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Delegado Bradock, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Arlete Caramês, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Elza Correia e do Deputado Marcos Isfer, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Estamos recebendo aqui o projeto da Deputada Elza Correia, devidamente apoiado, projeto que havia sido rejeitado, mas como está em condições de ser recebido pela Presidência, em virtude do número de assinaturas, encaminhamos à Comissão de Constituição e Justiça.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (Pela Ordem)

Querida, apenas, com relação a esse projeto que vai ser reapresentado com quase trinta assinaturas, agradecer aos companheiros e companheiras que o assinaram, para que pudesse voltar à pauta, e voltar dentro do procedimento normal que preconiza o nosso Regimento Interno.

Querida agradecer a todos os Deputados que entenderam que é preciso que o Regimento seja cumprido.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Requerimento nº 1473, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, solicitando antecipação da Sessão Ordinária do dia 19 de maio (quinta-feira), para logo após o término da presente Ses-

são Ordinária, e a diminuição de interstício. **Aprovado.**
À Diretoria Legislativa.

Discussão / Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª Discussão

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 011/2005, de autoria do Deputado Elio Rusch, que integra ao Sistema Rodoviário do Estado do Paraná, o trecho rodoviário do contorno sul (Anel Viário) na sede municipal de Marechal Cândido Rondon. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO.

Vamos apreciar nesta Sessão a Emenda Substitutiva da CCJ.

Está em votação a emenda que já foi aprovada em 2ª discussão. **Aprovada.**

Em votação o projeto. **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 477/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que faculta a utilização do limite de importação não esgotado nos critérios da Lei nº 13.971/2002. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.

Sobre o referido projeto, Emendas Modificativas de Plenário, em nº de 02 (duas), de autoria dos Deputados Elton Carlos Welter, Antonio Anibelli, Ademir Bier, Hermes Fonseca e Luciana Rafagnin, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 477/2004

Modifique-se o artigo 3º, para que fique com a seguinte redação:

“Art. 3º Os estabelecimentos já autorizados, bem como aqueles que vierem a ser autorizados a operar no regime, ficam automaticamente enquadrados nos critérios da Lei nº 14.363, de 28 de abril de 2004, podendo as parcelas postergadas ou objeto de parcelamento ser quitadas, total ou parcialmente, até os respectivos vencimentos e mediante requerimento do contribuinte, com a utilização de créditos acumulado do ICMS, próprio ou adquirido de terceiros, na forma regulamentada pelo Poder Executivo, ou com precatórios próprios e vencidos do Estado do

Paraná, cujo débito tributário, nesta hipótese, será previamente inscrito em dívida ativa para este exclusivo efeito.”

Sala das Sessões, em 18.05.2005.

(aa) ELTON CARLOS WELTER, ANTONIO ANIBELLI, LUCIANA RAFAGNIN, HERMES FONSECA e ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

A proposta anterior de quitação de parcelas de ICMS, postergadas ou objeto de parcelamento mediante precatórios de terceiros acarretaria o enriquecimento sem causa dos responsáveis tributários, que se apropriariam de parcela do imposto originalmente pago pelos contribuintes de fato, ou seja, os consumidores das mercadorias tributadas.

A presente proposta exclui a possibilidade de quitação de parcelas de tributo postergadas ou objeto de parcelamento mediante precatórios de terceiros, deixando de incentivar e até mesmo intensificar o comércio de ordens judiciais de pagamento, cuja finalidade primordial é propiciar aos particulares maiores ganhos sobre as atividades fiscal além daqueles já possibilitados pelo pagamento diferido de impostos ao erário, hipótese esta desaconselhada pelos princípios constitucionais-administrativos da moralidade, impessoalidade e eficiência, esculpidos no artigo 37 da Carta Magna.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 02

Modifique-se o artigo 2º, para que fique com a seguinte redação:

“Art. 2º A inclusão de novas empresas no regime de que trata o artigo anterior deverá ser solicitada mediante requerimento à Secretaria de Estado da Fazenda, sendo, para efeito do contribuinte, ao declarar a parcela do IMCS incremental, fornecida a Inscrição Auxiliar no Cadastro de Contribuintes do Estado.”

Sala das Sessões, em 18.05.2005.

(aa) ELTON CARLOS WELTER, ANTONIO ANIBELLI, LUCIANA RAFAGNIN, ADEMIR BIER e HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta visa simplesmente diminuir os trâmites burocráticos.

O Projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 002/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera a alínea “C”, do inciso V, do artigo 14, da Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003 (IPVA). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 042/2005, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, que declara de Utilidade Pública AFGV - Associação Filantrópica Geração Vida,

com sede e foro no Município de Apucarana. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 060/2005, de autoria da Deputada Arlete Caramês, que declara de Utilidade Pública a ABASC - Associação Batista de Ação Social de Curitiba, com sede e foro na Cidade de Curitiba. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 080/2005, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que declara de Utilidade Pública a Jovens com Uma Missão - Ponta Grossa e revoga a Lei nº 14.538 de 29.11.2004. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 106/2005, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente José Gaudêncio Silveira de Apoio às Vítimas de Erro Médico, com sede e foro em Pinhais. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 128/2005, de autoria do Deputado Natálio Stica, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Planaltina do Paraná, com sede em Planaltina do Paraná e foro no Município de Santa Izabel do Ivaí. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 023/2003, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que obriga a Secretaria Estadual da Fazenda do Estado do Paraná, a publicar relatórios trimestrais sobre a arrecadação do IPVA. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. Aprovado. (Publ. no DA nº 001/2003, de 18.02.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 023/2003

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 23/2003, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, obriga a Secretaria Estadual da Fazenda do Estado do Paraná a publicar relatórios trimestrais sobre a arrecadação do IPVA.

Fundamentação

O Projeto não apresenta óbices de natureza legal ou constitucional.

Segundo a Constituição Federal em seu artigo 37:

“Art. 37 A Administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e também ao seguinte:”

Desta forma, o projeto atende ao princípio de constitucionalidade de publicidade, não havendo qualquer óbice em sua tramitação.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 22.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 023/2003

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria da nobre Deputada Luciana Rafagnin, tem por objetivo obrigar a Secretaria Estadual da Fazenda do Estado do Paraná, a publicar relatórios trimestrais sobre a arrecadação do IPVA.

Fundamentação

A Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável ao presente projeto. Ao examinar o Projeto de Lei nº 023/2005, a Comissão de Finanças encontrou mérito no projeto, que procura oferecer aos municípios e à população mecanismos claros e simplificados da aferição dos valores arrecadados com o IPVA.

Conclusão

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 27.04.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

NEIVO BERALDIN - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 109/2003, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de Pato Branco - APAC, com sede e foro na Cidade de Pato Branco. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 006/2003, de 17.03.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 109/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de Pato Branco, com sede e foro no Município de Pato Branco.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.05.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 477/2004

Modifique-se o artigo 3º, para que fique com a seguinte redação:

“Art. 3º Os estabelecimentos já autorizados, bem como aqueles que vierem a ser autorizados a operar no regime, ficam automaticamente enquadrados nos critérios da Lei nº 14.363, de 28 de abril de 2004, podendo as parcelas postergadas ou objeto de parcelamento ser quitadas, total ou parcialmente, até os respectivos vencimentos e mediante requerimento do contribuinte, com a utilização de créditos acumulado do ICMS, próprio ou adquirido de terceiros, na forma regulamentada pelo Poder Executivo, ou com precatórios próprios e vencidos do Estado do Paraná, cujo débito tributário, nesta hipótese, será previamente inscrito em dívida ativa para este exclusivo efeito.”

Sala das Sessões, em 18.05.2005.

(aa) ELTON CARLOS WELTER, ANTONIO ANIBELLI, LUCIANA RAFAGNIN, HERMES FONSECA e ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

A proposta anterior de quitação de parcelas de ICMS, postergadas ou objeto de parcelamento mediante precatórios de terceiros acarretaria o enriquecimento sem causa dos responsáveis tributários, que se apropriariam de parcela do imposto originalmente pago pelos contribuintes de fato, ou seja, os consumidores das mercadorias tributadas.

A presente proposta exclui a possibilidade de quitação de parcelas de tributo postergadas ou objeto de parcelamento mediante precatórios de terceiros, deixando de incentivar e até mesmo intensificar o comércio de ordens judiciais de pagamento, cuja finalidade primordial é propiciar aos particulares maiores ganhos sobre a atividades fiscal além daqueles já possibilitados pelo pagamento diferido de impostos ao Erário, hipótese esta desaconselhada pelos princípios constitucionais-administrativos da moralidade, impessoalidade e eficiência, esculpidos no artigo 37 da Carta Magna.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 02

Modifique-se o artigo 2º, para que fique com a seguinte redação:

“Art. 2º A inclusão de novas empresas no regime de que trata o artigo anterior deverá ser solicitada mediante requerimento à Secretaria de Estado da Fazenda, sendo, para efeito do contribuinte, ao declarar a parcela do IMCS incremental, fornecida a Inscrição Auxiliar no Cadastro de Contribuintes do Estado.”

Sala das Sessões, em 18.05.2005.

(aa) ELTON CARLOS WELTER, ANTONIO ANIBELLI, LUCIANA RAFAGNIN, ADEMIR BIER e HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta visa simplesmente diminuir os trâmites burocráticos.

O Projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 206/2003, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que dispõe sobre a criação de um Programa Permanente de Plantio de Árvores pelos estudantes do ensino fundamental da rede pública do Estado do Paraná, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CECE e CEMA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 019/2003, de 15/04/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 206/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei em exame, de autoria da nobre Deputada Luciana Rafagnin, tem por objetivo dispor sobre a criação de um Programa Permanente de Plantio de Árvores pelos estudantes do ensino fundamental da rede pública do Estado do Paraná e dá outras providências.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a manifestar-se, opinamos pelo parecer favorável à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.12.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE PROJETO DE LEI Nº 206/2003

P A R E C E R :

Relatório

Dispõe sobre a criação de um Programa Permanente de Plantio de Árvores pelos estudantes do ensino fundamental da rede pública do Estado do Paraná.

Fundamentação

É nobre a iniciativa da Deputada autora do projeto, pois visa a construção de uma consciência ecológica na rede pública de ensino do Estado.

Conclusão

Diante disto, somos favoráveis ao projeto de lei.

Sala das Comissões, em 15.03.2005.

(aa) TADEU VENERI - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI Nº 206/2003

P A R E C E R :

De autoria da Deputada Luciana Rafagnin, o projeto em epígrafe indica ao Poder Executivo a criação de Programa Permanente de Plantio de Árvores a ser executado pelos estudantes do ensino fundamental da rede pública de educação do Estado do Paraná, por meio de parceria entre a Secretaria de Estado da Educação e do Meio Ambiente e as Prefeituras dos municípios.

Consoante a justificativa da autora, o projeto tem por finalidade incentivar o plantio de espécies propensas à extinção e, conseqüentemente, ensinar às crianças a importância da preservação do meio ambiente.

A preocupação da autora é procedente, já que a Constituição Estadual, no artigo 207, inciso X, impõe ao Poder Público o dever de promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

Em face disso, em que pese tratar-se de matéria que poderia ser objeto de indicação, esta Comissão manifesta-se favoravelmente à aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 09.05.2005.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente

RENATO GAÚCHO - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 581/2003, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que dispõe sobre a divulgação por meio telemático das receitas tributárias e execução orçamentária dos órgãos públicos estaduais. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM PARECER CONTRÁRIO DA CO. **Aprovado. (Publ. no DA nº 078/2003, de 29/09/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 581/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 581/2003, de autoria do ilustre Deputado Estadual Padre Paulo Campos, objetiva, em síntese, atribuir ao Poder Executivo Estadual do Paraná a obrigação de dar conhecimento público, em tempo real, via internet, dos casos relativos à sua arrecadação tributária e à sua execução orçamentária.

Constitui dever da administração pública dar publicidade dos seus atos. Não é outra a dicção do *caput* do artigo 37 da Constituição Federal:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União dos Estados, do Dis-

trito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:”

De igual modo, o artigo 27 da Constituição Estadual estabelece que:

“Art. 27. A administração pública direta, indireta e fundacional de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios, obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, eficiência, motivação, economicidade e, também o seguinte:”

Pelo exposto, uma vez que o Projeto de Lei nº 581/2003, está em conformidade com o disposto no artigo 37 da Constituição Federal e no artigo 27 da Constituição Estadual, concluo pela sua constitucionalidade.

Sala das Comissões, em 05.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 581/2003

P A R E C E R :**Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Padre Paulo Campos, dispõe sobre a divulgação por meio telemáticos das receitas tributárias e execução orçamentária dos órgãos públicos estaduais.

Fundamentação

A matéria já recebeu análise, quanto à constitucionalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável à mesma.

Chamada a opinar a Comissão de Finanças encontrou mérito no projeto que visa promover uma profunda reforma do processo de fiscalização à aplicação dos recursos públicos.

Conclusão

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao Projeto de Lei nº 581/2003, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 27.04.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

CESAR SELEME - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PROJETO DE LEI Nº 581/2003

P A R E C E R :

Trata-se de projeto de lei de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que dispõe sobre a divulgação por meio telemático das receitas tributárias e execução orçamentária dos órgãos públicos estaduais.

Chamada esta relatoria a se pronunciar, nosso parecer é contrário a este projeto de lei, pelos seguintes fundamentos:

Reza o artigo 165, parágrafo 3º, da CF:

“O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido de execução orçamentária.”

Apenas por este aspecto já se poderia inquinar todo o projeto de lei de densamente inconstitucional.

Mas não é só por isso.

O projeto de lei fere o parágrafo 4º, do artigo 133 da CE, que versa: “*Os Poderes Legislativos Executivo e Judiciário publicarão, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, relatórios resumidos da execução orçamentária.*”

Ainda no artigo 52, inciso II, a, b e c da Lei de Responsabilidade Fiscal, cita:

“*O relatório a que se refere o parágrafo 3º do artigo 165 da Constituição Federal abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, será publicado até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre e é composto de:*

II - demonstrativo da execução das:

a) receitas, por categoria econômica e fonte, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada no bimestre, a realizada no exercício e a previsão a realizar;

b) despesas, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando dotação inicial, dotação para o exercício, despesas empenhadas e liquidada, no bimestre e no exercício;

c) despesas, por função e subfunção”.

Assim, diante dos óbices apontados, o parecer é pela ilegalidade e inconstitucionalidade do projeto de lei em epígrafe.

Sala das Comissões, em 11.05.2005.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 192/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que proíbe a cobrança de tarifa de assinatura aos usuários de telefones do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 043/2004, de 18/05/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 192/2004

P A R E C E R :

Relatório

O nobre Deputado Mauro Moraes, propõe a proibição legal da cobrança de tarifa de assinatura aos usuários de telefone do Estado do Paraná.

A finalidade da proposição é facultar às empresas atuantes no segmento de mercado de telefonia que cobrem tão somente o que for efetivamente utilizado pelos consumidores de seus serviços, mas facultando às concessionárias a cobrança de taxa de manutenção mínima, nunca superior à cobrança pela concessionária de energia elétrica.

É o relatório.

Fundamentação

Dispõe a Constituição Federal:

Art. 24 Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos e valor artístico, estético histórico, turístico e paisagístico;

§ 1º. No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º. A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

.....

§ 4º. A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

O indigitado projeto de lei, assim é constitucional quanto às atribuições da Assembléia Legislativa para legislar concorrentemente acerca das relações de consumo.

No âmbito dessa legislação concorrente, a competência suplementar do Estado federado limita-se tão somente pelo atendimento das normas gerais fixadas pela legislação federal.

Dentre os princípios estabelecidos pelo Código de Defesa dos Consumidores, está o da efetiva proporcionalidade entre o serviço prestado aos consumidores e a remuneração do serviço, sendo coibidas quaisquer práticas abusivas.

As tarifas de assinaturas praticadas pelas concessionárias de serviços públicos são mantidas desde antes do processo de privatização, quando tais empresas tinham o caráter público e, nessa qualidade, de tarifas de assinaturas se caracterizavam como taxas.

Segundo a Constituição Estadual:

Art. 129. Compete ao Estado instituir:

.....

II - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;

A utilização potencial de serviço, portanto, somente pode ser objeto de taxa instituída pelo Estado, e não por empresas privadas concessionárias de serviços públicos.

A tarifa devida às empresas privadas é pelo uso efetivo do serviço, não se justificando a cobrança de qualquer remuneração pela utilização potencial de um serviço que deixou de ser prestado diretamente pelo Estado e passou para a exploração pela iniciativa privada (que persegue lucratividade).

Desse modo, no que diz respeito às questões que devem ser objeto de deliberação no âmbito desta Comissão, a proposição merece ser admitida.

Voto

Pelo exposto, voto pela manifestação, por parte desta Comissão de Constituição e Justiça, de parecer favorável à indigitada proposição.

Sala das Comissões, em 31.08.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 192/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 192/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, proíbe a cobrança de tarifa de assinatura aos usuários de telefone do Estado do Paraná.

A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei semelhante foi aprovado no Distrito Federal. O Governador vetou e a Câmara Distrital rejeitou o veto. Portanto, o Distrito Federal será o primeiro Estado do País a não contar mais com a assinatura básica nas contas telefônicas.

Trata-se de proposição meritória, haja vista a injustiça da cobrança de taxa a empresas privadas e que não representa contra prestação pelo serviço utilizado.

Isto posto, emitimos parecer favorável, à tramitação do Projeto de Lei nº 192/2005.

Sala das Comissões, em 20.10.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 192/2004

P A R E C E R :

Chamada a opinar a respeito do Projeto de Lei nº 192/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que proíbe a cobrança de tarifa de assinatura aos usuários de telefone do Estado do Paraná, esta Comissão apresenta parecer favorável, tendo em vista que a aprovação do mesmo vai beneficiar principalmente os consumidores com menores rendas, haja vista que as taxas cobradas atualmente superam os trinta reais mensais.

Além disso, é de entendimento desta Comissão que empresas só devem cobrar efetivamente pelo serviço prestado. O fato de o serviço ser colocado apenas à disposição dos consumidores não justificaria sua cobrança. Portanto, não é justo que os consumidores tenham que pagar por produtos e/ou serviços não consumidos.

Dessa forma, esta Comissão acompanha as Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, apresentando parecer favorável ao projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 30.11.2004.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
FRANCISCO BÜHRER - Relator

Em votação.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente eu quero fazer um comentário a esse projeto, com todo o respeito ao Deputado Mauro Moraes, sobre a inconstitucionalidade.

Na verdade, compete à União e não à Assembléia do Estado. Eu acho que o Governador, com certeza, vai vetar, mas já passou pelas Comissões. Vamos deixar liberado para os Deputados e podemos até aprovar, mas com certeza, Deputado Mauro Moraes, será vetado pelo Governo. Não tem sentido nenhum. Isso é competência do Governo Federal e não compete à Assembléia legislar sobre esse projeto.

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (**Para Encaminhar**)

Eu concordo com o Líder do Governo, Deputado Dobrandino e entendo que nós não podemos aprovar esse projeto na tarde de hoje. Se já passou pelas Comissões e está em condição de ser apreciado, V. Exa. lidera a maior Bancada desta Casa e entendo até que deveria encaminhar por voto, contrariamente. Quando faz esse alerta, vai dar trabalho para o Governo e vai nos colocar até numa situação difícil até mesmo, perante a própria imprensa.

Não podemos aprovar projetos que sejam inconstitucionais.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Na verdade, Deputado, acho que é mais constrangedor para nós aprovarmos um projeto dessa natureza, que o Governo vai ter que vetar e, no mínimo, vai ter que manter o veto, porque é totalmente descabível.

Respeito o Deputado Mauro Moraes. Estou liberando. A Bancada vota como quiser.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputada Elza Correia.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Sr. Presidente, se o Líder do Governo coloca o projeto inconstitucional, eu não me sinto liberada. Esse Projeto é de 2004, do ano passado quando na verdade eu estava também na Comissão de Constituição e Justiça e hoje da qual não faço parte, eu costumo anotar em todos os projetos que eu participava, a minha posição naquela Comissão e lá já havia levantado a inconstitucionalidade desse projeto, porque não podemos legislar sobre a questão de telecomunicações.

Então, o projeto é inconstitucional. Contraria frontalmente a Constituição Brasileira no artigo 22, inciso IV, em relação a um tema que a Assembléia Legislativa do Paraná não tem nada a ver e não pode se pronunciar. Contrapõe-se ao nosso Poder esta discussão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós acabamos de receber aqui o Requerimento nº 1475, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante

do expediente, solicitando a retirada do projeto por cinco Sessões.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)
Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Como não está em processo de votação, está em processo de discussão só, pode ser retirado.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)
Melhor.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Está em votação o requerimento da Deputada Cida Borghetti. **Aprovado.** Fica portanto adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 192/2004.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) (**Pela Ordem**)
Acho que foi tomada uma decisão interessante, mas...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Inclusive porque o autor do projeto não está na Sessão hoje.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)
Perfeitamente. Acho que até preservando a ausência do autor, vejam bem, esse projeto passou pela CCJ. Temos que ter base nisso.

A CCJ dá um parecer favorável ao projeto, o projeto vem para cá, como diz o Deputado Dobrandino, visivelmente inconstitucional, e nos deixa nessa situação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
É uma matéria vencida hoje e como nós temos mais uma Sessão e uma Sessão Solene e estão aqui já todos os convidados do homenageado, vamos deixar para discutir esse projeto, quando voltar à pauta.

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 292/2004, de autoria do Deputado André Vargas, que permite a transferência de crédito do ICMS à título de pagamento aos avicultores rurais e aos seus respectivos estabelecimentos rurais para aquisição de maquinários, implementos agrícolas, instalações, caminhões, insumos, pintainhos e materiais de embalagens, utilizados na cadeia produtiva. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. (**Publ. no DA nº 069/2004, de 11/08/2004**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 292/2004

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 292/2004, de autoria do Deputado André Vargas, permite a transferência de crédito do

ICMS, a título de pagamento aos avicultores rurais e aos seus respectivos estabelecimentos rurais para aquisição de maquinários, implementos agrícolas, instalações, caminhões, insumos, pintainhos e matérias de embalagens, utilizados na cadeia produtiva.

Fundamentação

O projeto não apresenta óbices de natureza legal e constitucional. Esta Casa de Leis tem competência para legislar sobre a matéria conforme o artigo 24 da Constituição Federal:

“Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico”.

A proposição não apresenta óbices de natureza legal e constitucional, devendo seu mérito ser discutido por esta Casa de Leis.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 09.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 292/2004

P A R E C E R :

“À Comissão de Finanças compete manifestar-se sobre todas as proposições, inclusive de outras Comissões, que concorram para aumentar ou diminuir despesa pública; sobre atividades financeiras do Estado; matéria tributária; empréstimos públicos; fixar, em cada Legislatura, para ter vigência na subsequente, a remuneração dos Deputados; fixar para cada exercício financeiro a remuneração do Governador, Vice-Governador do Estado e Secretários de Estado; e submeter previamente à Comissão de Fiscalização os processos referentes à Lei nº 8358, de 5 de novembro de 1986”.

O projeto em tela permite a utilização de créditos tributários para aquisição dos itens previstos na súmula e repetidos no artigo 1º do projeto de lei. A proposição, em seu artigo 3º, define insumos e instalações.

O artigo 4º autoriza a transferência de até 100% do crédito das aquisições.

Para se beneficiar do crédito das aquisições, os produtores rurais deverão recolher, do montante a ser transferido, 4% para a Secretaria Municipal da Educação do Município onde está sediado o produtor rural e 2% para a Associação Paranaense de Avicultura ou outra que vier a sucedê-la.

Os equipamentos adquiridos pelo produtor rural deverão ser mantidos em sua posse, no mínimo, por um ano, para que usufrua dos benefícios das disposições do projeto de lei. A CCJ manifestou-se pela tramitação regimental, pois presentes ou requisitos materiais e formais de admissibilidade.

É no mesmo sentido o parecer desta Comissão desde que oficiado ao autor para que apresente planilhas detalhadas do impacto financeiro e benefícios da medida.

O parecer é favorável à tramitação da proposição, pois presentes os requisitos formais e legais no tocante à competência desta Comissão, reservando-se no direito de discutir o mérito em Plenário.

Sala das Sessões, em 06.04.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

TADEU VENERI - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 056/2005, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo a denominar a nova Escola Pública Estadual do Jardim Santarém II, em Fazenda Rio Grande, com o nome da Sra. Lília Micheleto Nichele. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. **Aprovado. (Publ. no DA nº 007/2005, de 01.03.2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 056/2005

P A R E C E R :

Do Projeto

Versa o presente projeto de lei de autoria do Deputado Geraldo Cartário de autorização no sentido de que o Poder Executivo denomine de Colégio Estadual Lília Micheleto Nichele, o prédio onde funcionará a escola pública estadual no Jardim Santarém II, em Fazenda Rio Grande.

Em sua justificativa o autor indica ser a homenagem integrante de família fundadora do Município de Fazenda Rio Grande, fazendo parte dos pioneiros que com esforço e dedicação construíram o Município.

Do Voto

A denominação de logradouros, praças e edifícios públicos é tarefa do Poder Público, e consta do artigo 53, XIII da Constituição do Estado do Paraná que *“cabe à Assembléia Legislativa...dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente...aos bens do domínio público”*.

Ora, ao representante do povo cabe então também propor nomes que traduzam a história e a cultura de um povo. E de outro que não ofenda o contido no artigo 37 da CF/88: *“A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade...”*

Desta forma, o Projeto de Lei 056/2005 se inscreve na órbita da legalidade e da constitucionalidade.

Somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 22.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RATINHO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO CULTURA, ESPORTES, CIÊNCIA E TECNOLOGIA PROJETO DE LEI Nº 056/2005

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Exmo. Sr. Deputado Geraldo Cartário, denomina de Sra. Lília Micheleto Nichele, a nova Escola Pública Estadual do Jardim Santarém II, estabelecimento educacional localizado no Município de Fazenda Rio Grande.

Fundamentação

O projeto que tem por finalidade denominar de Lília Micheleto Nichele o já citado estabelecimento educacional localizado no Município de Fazenda Rio Grande, com o objetivo de homenagear uma personalidade, que muito contribuiu com esforço e dedicação na construção daquele Município.

Bem é de ver que efetivamente a pessoa de Lília Micheleto Nichele, pertence à família fundadora do Município de Fazenda Rio Grande e, como pioneira dedicou boa parte de sua vida na construção do Município, e pelo que entendemos como justa a homenagem que se busca com o presente projeto.

Conclusão

Diante disto, somos favorável ao projeto de lei na forma apresentada.

Sala das Comissões, em 10.05.2005.

(aa) ELZA CORREIA - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 061/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que denomina de Escola Estadual Professora Marli Queiroz Azevedo, estabelecimento de ensino situado na Cidade Industrial de Curitiba. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. **Aprovado. (Publ. no DA nº 007/2005, de 01.03.2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 061/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Brandão, denomina de Escola Estadual Professora Marli Queiroz Azevedo, estabelecimento de ensino situado na Cidade Industrial de Curitiba.

Chamada esta relatoria da Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade da iniciativa, nada encontramos que pudesse obstaculizar a sua normal tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.03.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA,
ESPORTES, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PROJETO DE LEI Nº 061/2005

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, tem por objetivo denominar de Escola Estadual Professora Marli Queiroz Azevedo, estabelecimento de ensino situado na Cidade Industrial de Curitiba.

Fundamentação

A matéria já recebeu análise, quanto à constitucionalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável à mesma.

Conclusão

Isto posto, a Comissão de Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia, apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 061/2005, quanto ao mérito, entendendo méritos indiscutíveis na professora que se presente homenagear com a denominação.

Sala das Comissões, em 10.05.2005.

(aa) ELZA CORREIA - Presidente
CESAR SELEME - Relator

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 088/2005, de autoria do Deputado Rafael Greca, que dispõe sobre a instituição do Dia da Bandeira do Estado do Paraná e dá outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 010/2005, de 09.03.2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 088/2005

P A R E C E R :

Do Projeto

De autoria do Deputado Rafael Greca, o Projeto de Lei nº 088/2005 visa instituir no âmbito do Estado do Paraná data comemorativa à bandeira estadual.

A bandeira do Estado do Paraná, foi adotada pelo Decreto Estadual nº 8 de 9 de janeiro de 1892, tendo passado por modificações em 31 de março de 1947 através do Decreto-Lei 2457 e, novamente, em setembro de 1990. A atual bandeira conforma-se de um quadrilátero verde atravessado por uma larga faixa branca contendo a representação da esfera celeste em azul.

A esfera azul traz representada a Constelação do Cruzeiro do Sul ordenada segundo a posição celeste correspondente ao dia 29 de agosto de 1853, data em que o Imperador D. Pedro II assinou a Lei nº 704, que criou a Província do Paraná.

As estrelas (brancas) simbolizam: Alfa (Magalhães), Beta (Mimosa), Gama (Rubídea); Delta (Pálida) e Eslion (Intrometida). A esfera é atravessada, abaixo da estrela superior do Cruzeiro, por uma faixa branca com a inscrição "Paraná", em verde. Ramos verdes acompanham a curvatura da esfera: de erva-mate (*Ilex paraguari-*

ensis) à esquerda do observador é de pinheiro-do-paraná (*Araucária angustifolia*) à direita.

O projeto de lei em análise contém ademais forte conteúdo cívico e de espírito de cidadania a ser desenvolvido em todos os ambientes e processos educacionais e culturais.

Do Voto

O Projeto de Lei nº 88/2005, ajusta-se ao contido nos preceitos regimentais e legais, bem como constitucionais.

Desta forma somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.05.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RATINHO JÚNIOR- Relator

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 186/2005, de autoria da Deputada Arlete Caramês, que declara de Utilidade Pública Estadual o Grupo Teatral Coisa Nossa, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 026/2005, de 13.04.2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 186/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Arlete Caramês, que declara de Utilidade Pública o Grupo Teatral Coisa Nossa, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontra que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.05.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Pela Ordem)

Quero fazer um comunicado à Casa, que acabou de chegar às minhas mãos, do Sindicato das Indústrias de Massas Alimentícias do Estado de São Paulo, que trata da matéria que saiu e foi anunciada, aqui.

Este é o convite para participar da assinatura do decreto, pelo Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, na próxima segunda-feira, 23 de maio, na sala nobre do Palácio do Governo, que reduzirá a alíquota de 7 para 0, no ICMS, que incide sobre a comercialização de trigo e seus derivados, que compõem a cesta básica: farinha, pão, macarrão e biscoito. O projeto de lei será encaminhado ao Legislativo.

É o comunicado que faço, neste momento, à Casa, ao Líder do Governo e principalmente também ao Líder do PT, porque não é só o Estado do Paraná quem perde com este decreto. São todos os Estados da Federação, que

De antemão falo que o Estado do Paraná, que é produtor de trigo, que tem grandes indústrias, não pode - como sugeri ontem - levar esta alíquota zero, também. Nós, fatalmente, estaríamos condenando algumas políticas públicas de investimentos no Estado do Paraná. Nós temos que brigar para que politicamente, ações sejam invocadas e o Governo volte atrás e não assine esse decreto.

E é por isso que todos os Partidos políticos, que querem uma reforma tributária, que se convoque, de fato, faça-se contato com os Deputados Federais para que não ocorra esta guerra fiscal entre Estados, porque isto prejudica sensivelmente cada contribuinte, cada cidadão deste País.

Requerimentos nºs 1456 e 1457, de autoria da Deputada Elza Correia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1472, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Levanta-se a Sessão.

